

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CLÓVIS PEREIRA LEMOS NETO

**A REFORMA BANCÁRIA DE 1964 E O PADRÃO DE FINANCIAMENTO
BRASILEIRO**

**Santana do Livramento
2022**

Clóvis Pereira Lemos Neto

**A REFORMA BANCÁRIA DE 1964 E O PADRÃO DE FINANCIAMENTO
BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. André da Silva Redivo

**Santana do Livramento
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

L557r Lemos-Neto, Clóvis Pereira Lemos Neto
A REFORMA BANCÁRIA DE 1964 E O PADRÃO DE
FINANCIAMENTO BRASILEIRO / Clóvis Pereira Lemos Neto
Lemos-Neto.

70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
2022.

"Orientação: André da Silva Redivo Redivo".

1. Financiamento. 2. Desenvolvimento. 3. Reforma
Bancária. 4. Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.
5. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e
Social. I. Título.

CLÓVIS PEREIRA LEMOS NETO

**A REFORMA BANCÁRIA DE 1964 E O PADRÃO DE FINANCIAMENTO
BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Econômicas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 17 de março de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. André da Silva Redivo
Orientador
Unipampa

Prof. Dra. Debora Nayar Hoff
Unipampa

Prof. Dr. Alessandra Troian
Unipampa

Dedico este trabalho à minha família.

AGRADECIMENTO

Agradeço a minha família. Sem eles, a minha vida não teria propósito e as situações do cotidiano seriam insuportáveis.

Agradeço ao meu orientador, Professor André Redivo, por toda a paciência e conhecimento compartilhado.

Por fim, agradeço aos companheiros do curso. Sem vocês eu não teria concluído essa jornada.

“Se um homem não sabe para qual porto navega, nenhum vento lhe é favorável.”, Sêneca.

RESUMO

Reconhecendo a relevância da reforma bancária de 1964, o presente estudo procurou, de modo geral, analisar e identificar quais foram os efeitos da reforma sobre o padrão de financiamento brasileiro, sobretudo no que tange a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Metodologicamente, o estudo tem caráter aplicado e é classificado como indutivo. Para o desenvolvimento dos objetivos foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. Com o auxílio dos métodos histórico e estatístico, buscou-se extrair dos dados contidos em trabalhos que analisaram o sistema financeiro nacional, a CREAI e o BNDE. Como principal resultado tem-se que a reforma proporcionou a concentração da estrutura bancária brasileira; não conseguiu criar uma estrutura privada de crédito de longo prazo; eliminou a principal fonte de recursos da CREAI; e, manteve o BNDE como principal instituição de crédito de longo prazo do país.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento; Desenvolvimento; Reforma Bancária; Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

ABSTRACT

Recognizing the relevance of the 1964 banking reform, the present study sought, in general, to analyze and identify what were the effects of the reform on the Brazilian financing pattern, especially about the Agricultural and Industrial Credit Portfolio (CREAI) and the National Bank for Economic Development (BNDE). Methodologically, the study has an applied character and can be classified as inductive. For the development of objectives, bibliographic and documental research was carried out. With the help of historical and statistical methods, we sought to extract data contained in works that analyzed the national financial system, CREAI and BNDE. The main result is that the reform provided the concentration of the Brazilian banking structure; failed to create a private long-term credit structure; eliminated CREAI's main source of funds; and, maintained the BNDE as the main long-term credit institution in the country.

KEYWORDS: Financing; Development; Banking Reform; Agricultural and Industrial Credit Portfolio, National Bank for Economic and Social Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de estabelecimentos bancários entre 1935 e 1940	43
Figura 2 - Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual nos Empréstimos ao setor privado, %, entre 1952 e 1980.....	44
Figura 3- Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual dos depósitos à vista, em %, entre 1946 e 1980.	45
Figura 4 - Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual dos depósitos a prazo, em %, entre 1946 e 1980.....	46
Figura 5 - CREA I – Fontes de Recursos, entre 1938 e 1967 em %.	51
Figura 6 - Participação percentual das emissões do Meio Circulante, 1938 – 1965, em %	51
Figura 7 - Créditos Concedidos pela CREA I, entre 1938 e 1968, por setor, em %...	52
Figura 8 - Fontes de recursos do BNDES, 1952 e 1980, em %.	54
Figura 9 - Composição setorial dos desembolsos do BNDE, 1952 e 1980, em %...	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual nos Empréstimos ao setor privado, %, entre 1952 e 1980.....	67
Tabela 2 - Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual dos depósitos à vista, em %, entre 1946 e 1980.	68
Tabela 3 - Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual dos depósitos a prazo, em %, entre 1946 e 1980.....	69
Tabela 4 - CREA I – Fontes de Recursos, entre 1938 e 1967 em NCr\$ mil de 1968.	70
Tabela 5 - Meio Circulante, 1938-1965, em NCr\$ 1000 de 1968.	71
Tabela 6 - Créditos Concedidos pela CREA I, entre 1938 a 1968, em NCr\$ de 1968.	72
Tabela 7 - Fontes de Recursos do BNDES 52-94 - Em moeda corrente.....	73
Tabela 8- Composição setorial dos desembolsos do BNDE de 1952 a 1980, em %.	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivos	16
1.1.1 Objetivo Geral	16
1.1.2 Objetivos Específicos.....	16
1.2. Justificativa.....	16
2. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1. Relação entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico.....	17
2.2 As funções desempenhadas pelo sistema financeiro	20
2.3. Os tipos de sistema financeiro	23
3. METODOLOGIA.....	28
4. BREVE HISTÓRIA DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO ATÉ 1930	30
5. A ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL ANTES E APÓS A REFORMA BANCÁRIA DE 1964	37
5.1 O Sistema Financeiro Nacional antes da Reforma Bancária de 1964	37
5.2 O Sistema Financeiro Nacional após a Reforma Bancária de 1964.....	40
6. AS ATUAÇÕES DA CREA E DO BNDES NO PADRÃO DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA	49
6.1 A CREA e o financiamento entre 1937 e 1968.....	49
6.2 O BNDE Como Financiamento No Período De 1952 A 1980	52
6.3 Os efeitos da reforma de 1964 no padrão de financiamento da economia brasileira	56
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
APÊNDICES	67

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o nível do desenvolvimento de um país pode ter relação com o seu sistema financeiro. Uma questão que surge no debate sobre o vínculo do sistema financeiro com o desenvolvimento é referente a qual é a relação existente entre ambos, mais especificamente, a direção que essa relação causal apresenta. Se por um lado autoras como Joan Robinson afirmam que o sistema financeiro tem um papel passivo no processo de desenvolvimento econômico e dependem da expansão das atividades reais, por outro lado, autores como Cameron (1972) e Gerschenkron (2015), acreditam que o sistema financeiro pode desempenhar um papel ativo, através da promoção de condições que facilitam o desenvolvimento. (LEVINE, 1997; SYLLA, 1991)

Autores como Levine (1997) indicam a existência de uma relação positiva entre o crescimento econômico e o desenvolvimento financeiro. Porém, de acordo com Paiva (2016), com o auxílio de técnicas econométricas as evidências empíricas passaram a ressaltar a ausência de linearidade na relação entre crescimento econômico e desenvolvimento financeiro, de modo que, quando o setor financeiro chegar a um certo nível de desenvolvimento, começará a afetar negativamente o crescimento econômico.

No que diz respeito a estrutura brasileira, é importante dizer que a mesma passou por mudanças significativas no século XX. Devido à crise do setor agroexportador, a partir de 1930, o crescimento industrial ganha impulso, dando início ao processo de substituição de importações (PSI). Esse processo pressupõe que o país começará a produzir o que outrora importava. Além disso, o PSI supõe que o crescimento econômico esteja, majoritariamente, ligado ao setor industrial (FONSECA, 2003).

Quanto as principais mudanças do século XX, pode-se dizer que após a crise de 1929 o fator dinâmico principal da economia passa a ser o mercado interno (FURTADO, 2005). De acordo com Fonseca (2001, 2003) certas iniciativas governamentais, como por exemplo a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil, e a criação de órgãos estatais voltados ao atendimento de setores específicos da economia, revelam que a política econômica era utilizada para promover a industrialização de forma intencional, e não apenas para

sobreviver a choques adversos como diziam algumas teses cepalinas. Pode-se dizer que, de modo geral, o período de 1930-1980 é considerado um período desenvolvimentista, marcado pela intervenção do estado e a industrialização.

Durante o período de 1914 a 1945 a economia do Brasil, segundo Goldsmith (1986), foi afetada pelas consequências das duas grandes guerras mundiais. Dentre as principais consequências, pode-se citar o aumento da dependência do Brasil nos mercados, fontes e recursos externos. Do ponto de vista financeiro o país não apresentou sérias conturbações, como por exemplo a acentuada inflação dos anos 1890. Apesar disso o Brasil não usufruiu de um crescimento sem inflação, sendo que a mesma evoluiu a uma taxa média anual de cerca de 5%. Embora essa taxa tenha um valor modesto se comparado as taxas verificadas no período dos anos 1890, é válido dizer que nesse período como um todo, o nível de preços mais do que quintuplicou.

O crescimento médio do período de 1914 a 1945 foi de 2,1%, sendo que as maiores taxas de crescimento foram verificadas na década de 1920 e no governo Getúlio Vargas, nos anos de 1932 a 1939, onde o produto industrial cresceu 10% ao ano (GOLDSMITH, 1986; ABREU, 2014). Também, é válido dizer que o Brasil operava com base no padrão de papel-moeda inconvertível, em uma limitada estrutura financeira, sem a presença de uma autoridade monetária, mesmo que, durante o período, tenha sido possível notar uma aproximação do Banco do Brasil ao status de banco central oficial. (GOLDSMITH, 1986)

Ao abordar o período de 1946 a 1964, pode-se dizer que o adjetivo “conturbado” é adequado para caracterizá-lo. Tal período foi marcado por problemas políticos, alta da inflação e problemas com o balanço de pagamentos. O aumento da inflação pode ser considerado com um dos principais problemas desse período. O nível de preços cresceu a uma taxa média anual de 14% ao ano na primeira metade do período 1945-1956, e a uma taxa média anual de cerca de 40% na segunda metade, entre 1957 e 1964 (GOLDSMITH, 1986). Se por um lado o aumento acelerado da inflação foi um dos principais pontos negativos do período, por outro o rápido aumento das taxas de crescimento do produto interno bruto real é considerado como um dos principais pontos positivos, sendo que a taxa média de crescimento do produto interno bruto real durante o período foi de 6,5% ao ano.

A disparada da inflação é em parte explicada pela forma como se foi financiada todo esse crescimento: através da emissão de moeda. (GOLDSMITH, 1986; HERMANN, 2011). De acordo com Costa e Deos (2002) embora o País não tivesse um sistema bancário desenvolvido, capaz de promover crédito de longo prazo, ou até mesmo um mercado de capitais robusto, a verificação do arranjo institucional da época elucida os motivos que explicam a alta taxa de crescimento do país. As principais fontes de financiamento nesse período eram: setor público, através de incentivos fiscais, subsídios, ou de forma mais direta pelo setor financeiro estatal; setor externo; e, o autofinanciamento, realizado pelas próprias empresas.

Embora o país tenha continuado sem a presença de um banco central oficial, a maioria das funções que um banco central reconhecido teria foram assumidas pelo Banco do Brasil. Aliado a isso, verificou-se a organização de bancos de desenvolvimento no primórdio dos anos 1950. Vale ressaltar que o principal banco organizado nesse período foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)¹ criado durante o governo Vargas. (GOLDSMITH, 1986).

Levando em consideração a estagnação industrial do início dos anos 1960 e os problemas citados acima, como a alta da inflação, é elaborada, em dezembro de 1964, durante o governo militar, a reforma bancária. Conforme indicado por Costa e Deos (2002), no período anterior a reforma o Brasil não possuía um sistema bancário capaz de conceder crédito de longo prazo. Tendo em vista isso, a reforma buscava ampliar os mecanismos de financiamento, e também atribuía aos bancos de investimento o papel de conceder o crédito de longo prazo para as empresas.

A reforma foi instituída pela lei 4.595/64 e foi responsável por reformular e complementar o sistema financeiro brasileiro como um todo. As principais alterações na estrutura financeira estão ligadas a criação do Banco Central do Brasil (BCB) que estava ligado diretamente à execução das políticas monetárias e financeiras do governo e do Conselho Monetário Nacional (CMN), que funcionava como uma instituição normativa e reguladora do sistema financeiro (GALLO, 2014; HERMANN, 2011). Tendo em mente todas as informações expostas acima, o presente estudo buscou responder a seguinte pergunta: como a reforma bancária de 1964 afetou o padrão de financiamento brasileiro?

1.1 Objetivos

Nesta seção serão apresentados os objetivos gerais e específicos do presente estudo.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a influência da reforma bancária de 1964 no padrão de financiamento do Brasil.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever teoricamente a relação entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico;
- b) Apresentar a estrutura do Sistema Financeiro Nacional no período anterior e posterior a reforma bancária de 1964;
- c) Verificar como a reforma bancária de 1964 afetou a estrutura do sistema financeiro nacional e o seu padrão de financiamento.

1.2. Justificativa

Pode-se dizer que a reforma bancária de 1964 é uma das maiores e mais marcantes reformas bancárias na história do Brasil. Essa relevância se dá por diversos fatores, como por exemplo o contexto econômico, político e social em que ela está inserida. Além disso, compreender a reforma bancária de 1964 é crucial para o entendimento de aspectos do sistema financeiro atual, já que a reforma é a responsável pela criação de importantes instituições como o Banco Central do Brasil e, de modo geral, pela complementação do sistema financeiro brasileiro (HERMANN, 2011).

Somado a isso, é importante dizer que o período de 1930-1980 é relevante para o estudo da história econômica do Brasil, pois, de acordo com Cano (2017) é nesse período que se verifica a fase de “ouro” do crescimento e industrialização do país. Por isso, aprofundar os estudos sobre o sistema financeiro nacional e o padrão de financiamento pode contribuir para a compreensão do período. Por fim, vale dizer que o presente trabalho também contribuiu para as discussões a respeito do desenvolvimento econômico, já que buscou compreender a relação existente entre o desenvolvimento econômico e o sistema financeiro. Entende-se, portanto, que existe espaço para uma análise da influência da reforma de 1964 sobre o padrão de financiamento.

2. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

Nesse capítulo serão abordados aspectos a respeito da relação existente entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico. Na seção 2.1 será exposta, através da apresentação dos argumentos de autores como Cameron et al. (1967), Cameron (1972), Schumpeter (1997) e Gerschenkron (2015), a relação existente entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico. Já na seção 2.2 serão expostas as funções que um sistema financeiro desempenha na economia. E, por fim, na seção 2.3 serão apresentados os tipos existentes de sistemas financeiros.

2.1 Relação entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico

Quando o assunto é a relação entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico pode-se afirmar que os economistas possuem diferentes opiniões a respeito do tema. De acordo com Sylla (1991) esse debate apresenta dois extremos. Se por um lado os bancos e as instituições financeiras em geral são vistos como necessários para o acontecimento do desenvolvimento, por outro lado são vistos como respostas passivas do desenvolvimento, que cria uma demanda para esse tipo de serviço, e não como instituições que podem impactar de forma ativa o desenvolvimento econômico (LEVINE, 1997; SYLLA, 1991).

Trabalhos clássicos como os de Cameron et al. (1967), Cameron (1972), Schumpeter (1997) e Gerschenkron (2015) surgem no sentido de demonstrar que os bancos e as instituições financeiras têm um papel ativo na economia. Schumpeter (1997), segundo autores como Cameron et al (1967), é considerado como sendo o primeiro dos economistas modernos a relacionar o sistema financeiro com o desenvolvimento econômico. Além de destacar a presença do empresário inovador no sistema econômico, o autor também evidência o papel do banqueiro.

O banqueiro, segundo Schumpeter (1997) possibilita que o empresário inovador invista em determinada área sem a necessidade da existência de uma poupança prévia. Ou seja, o banqueiro, através do crédito, fornece ao empresário o poder de comprar fatores de produção. Por fim, vale dizer que o sistema de crédito é essencial, pois permite que o empresário inovador desenvolva suas atividades. Portanto, ao considerar o crédito como essencial, Schumpeter (1997) cria uma relação entre o sistema de crédito e o desenvolvimento econômico.

Os autores King e Levine (1993), procuram aprofundar e verificar se, de fato, as ideias de Schumpeter expostas acima estão certas. Através da construção de indicadores de desenvolvimento projetados para medir os serviços prestados pelos serviços financeiros, os autores procuram constatar se níveis mais elevados de desenvolvimento financeiro estão associados de forma positiva com o desenvolvimento. Eles procuram investigar, mais especificamente, se níveis mais elevados de desenvolvimento financeiro estão correlacionados a maiores taxas de crescimento econômico, acumulação de capital e ganhos de eficiência econômica. Após a análise dos dados, King e Levine (1993), admitem que Schumpeter pode estar certo, já que o estudo mostra que os indicadores do nível de desenvolvimento financeiro estão fortemente relacionados ao crescimento econômico.

Para Cameron (1972) a essência do desenvolvimento econômico está ligada as mudanças tecnológicas e as mudanças institucionais. As instituições, de modo geral, podem facilitar ou dificultar o processo de industrialização. Cameron (1972), assim como Schumpeter (1997), reconhece o papel do sistema bancário no desenvolvimento econômico, ao dizer que umas das mais importantes inovações na história da industrialização foi a invenção do sistema bancário moderno.

Por conseguinte, Cameron (1967) nota que, em economias orientadas para o mercado, ao que tudo indica, o processo de desenvolvimento é acompanhado pela multiplicação do número e variedade de instituições financeiras. Além disso, pode-se notar um aumento substancial na proporção entre dinheiro e outros ativos financeiros em relação a produção total de bens. Somado a isso, para ele, as instituições financeiras incorporam uma série de fatores econômicos e não econômicos, tais como administrativos, institucionais, legais e geográficos, sendo que esses afetarão a eficácia das funções de cada um dos sistemas.

Para Cameron (1972) os setores do sistema financeiro podem interagir com os demais setores da economia de três formas distintas: no primeiro caso o sistema financeiro restringe ou impede o desenvolvimento da indústria; já no segundo caso o sistema financeiro é permissivo e acomoda as demandas de crédito; e, por fim, o caso em que instituições financeiras são responsáveis por promover ativamente novas oportunidades de investimento. Cameron (1967) ainda destaca que, a estrutura do

sistema financeiro e a forma que esse setor desempenha suas funções afetarão o progresso da industrialização e do desenvolvimento.

Aliado a isso, vale dizer que Cameron (1967) leva em consideração a relação causal existente entre o crescimento econômico e o desenvolvimento financeiro, mas o mesmo concentra sua análise nas características dos serviços financeiros, bem como na sua eficácia. Além disso, salienta que para qualquer economia existe um padrão ótimo de estrutura financeira e um padrão ótimo de comportamento institucional. Porém, a concepção desses níveis ótimos pode ser considerada como sendo uma difícil tarefa, já que cada economia tem critérios de otimização diferentes. Essa diferença nos critérios de otimização se dá por diversos motivos, mas um dos principais motivos que provoca essa divergência guarda relação com o estágio de desenvolvimento que cada economia se encontra.

No que se refere ao estudo dos estágios de desenvolvimento de uma economia, pode-se dizer que Gerschenkron (2015) é o responsável por aprofundá-los. O autor afirma que o desenvolvimento de um país está relacionado ao seu atraso, ou seja, o desenvolvimento de um país atrasado pode diferir em vários aspectos se comparado ao desenvolvimento de um país adiantado. Isso explica o porquê de vários planos de industrialização, que deram certo em alguns países, terem fracassado em países atrasados. Essa diferença ocorre devido as diferenças institucionais existentes entre os países. Além disso, outro fator que impacta a industrialização dos países é o clima intelectual existente em cada um dos países. Por fim, vale dizer que a dimensão dos dois fatores citados acima, será proporcional ao grau de atraso das economias, bem como as potencialidades industriais naturais de cada país.

De modo geral, pode-se notar em países atrasados que o que antecede o fenômeno da industrialização é a tensão entre o estado real da economia e os obstáculos existentes para o seu desenvolvimento. Somado a isso, a expectativa existente devido a promessa em relação ao desenvolvimento, faz com que a “atmosfera” desses países fique ainda mais tensa. Sabe-se que a dotação de recursos naturais de cada país impactará nas oportunidades de industrialização, porém o autor destaca que, de modo geral, a industrialização não parece possível em países onde existem entraves institucionais como por exemplo a ausência de unificação política e a existência da servidão dos camponeses.

Dessa forma, países sem obstáculos a industrialização e com recursos naturais suficientes terão as suas oportunidades de industrialização proporcionalmente ligadas ao quão atrasado cada um deles é. Isso significa que quanto maior for a reserva de inovações que os países atrasados poderão tirar dos avançados, mais promissora será a industrialização. Gerschenkron (2015) nota que a tomada de empréstimos foi um dos principais fatores que possibilitaram a rápida expansão e desenvolvimento das economias atrasadas. Além disso, o potencial na economia de países atrasados cresceu significativamente com o passar do tempo, já que se tornou possível a realização de grandes importações de máquinas estrangeiras e *know-how* estrangeiro.

Um dos principais fatores que dificulta a industrialização em países atrasados é a escassez de mão de obra industrial. Vale ressaltar que ao se referir a mão de obra industrial, Gerschenkron (2015) considera que ela é composta por pessoas confiáveis, disciplinadas e estáveis, e que, principalmente, estejam adaptados ao trabalho das fábricas. Nesse sentido, o autor destaca que, nos lugares onde aconteceu a industrialização, foi através de técnicas modernas e eficientes, que auxiliaram os países atrasados principalmente na economia de mão de obra.

Para Cameron (1967) o desenvolvimento econômico envolve o aumento da participação do setor secundário da economia. Conseqüentemente nota-se uma redução significativa da participação do setor primário. Além disso, o autor salienta que o sistema bancário é o mais importante dentro do sistema financeiro, mais especificamente o sistema bancário comercial. Nesse mesmo sentido, Gerschenkron (2015) também atribui um importante papel aos bancos ao considerar os mesmos, juntamente com o estado, como respostas para superação do atraso. Os bancos e o estado podem ser considerados como respostas para a superação do atraso, já que eles podem atuar suprindo capital e organizando o processo de industrialização.

2.2 As funções desempenhadas pelo sistema financeiro

Segundo Fohlin (2019) o sistema financeiro pode ser entendido como um conjunto de instituições e mercados, responsáveis por reunir fundos excedentes de poupadores e alocar esse capital financeiro para os que necessitam de crédito. As instituições financeiras envolvem bancos comerciais, cooperativas de crédito, bancos

de investimento, seguradoras, fundo de pensão, mercado de capitais, entre outros. Essas instituições são responsáveis, segundo Fohlin (2019), por funções como: compensação e liquidação de pagamentos; reunir ou mobilizar recursos; transferências de recursos econômicos, de forma intertemporal ou geográfica; gestão de riscos; conceder informações sobre preços; e lidar com problemas de informação e incentivos.

Levine (1997), assim como Fohlin (2019), identifica as funções do sistema financeiro, mas vai mais além ao descrever como cada uma das funções impacta no crescimento econômico e como o crescimento econômico afeta as funções desse sistema. Essas funções e a relação das mesmas com o crescimento econômico podem ser descritas, brevemente, da seguinte forma:

- a. Redução do risco, através da criação de liquidez. Essa função, de certo modo, ampara os investimentos de longo prazo, já que esses investimentos exigem um compromisso de capital de longo prazo e os poupadores, de modo geral, tem uma aversão a tal compromisso, já que isso significa renunciar ao controle de suas economias por um longo período de tempo;
- b. Aquisição de informações sobre investimentos e alocação de recursos. Essa função atribuída as instituições financeiras, revela-se como umas das principais ao verificar-se o alto preço necessário para aquisição de informações sobre empresas, mercado, dentre outros. Essa função auxilia o investimento, já que fornece informações que nem todos os investidores seriam capazes, ou teriam o tempo e os recursos necessários para a busca dessas informações por conta própria;
- c. Supervisão do trabalho dos gerentes e das empresas. Através dessa função, o sistema financeiro, após o financiamento de uma atividade, é capaz de realizar um certo controle sobre as empresas e através desse auxílio e condução delas, torna possível a realocação de capital de modo mais eficiente, conduzindo o capital de atividades menos lucrativas, para atividades com um lucro maior;
- d. Mobilização das poupanças individuais. A partir dessa função é possível notar uma melhor mobilização do capital no processo de acumulação de capital, bem como uma melhor alocação de recursos. Por meio da alocação de recursos de forma eficaz, o sistema financeiro pode conduzir à economia para a adoção de

melhores tecnologias. Vale dizer ainda que, sem acesso a essas poupanças, muitos processos de produção seriam restritos e limitados.

- e. Facilitador de trocas. Por meio dessa função a mobilização dos bens dentro da economia são facilitadas. Com a existência de um setor financeiro especializado, pode-se notar um aumento da especialização e dos ganhos de produtividade na economia.

Além de Levine (1997) e Fohlin (2019), Cameron (1967) também aponta uma série de funções que o sistema financeiro pode ou deve desempenhar: Atuar na intermediação entre poupadores e investidores; fornece uma parte ou o total dos meios de pagamento; e fornecer iniciativa e empreendimento para realizar a expansão das indústrias e outros investimentos. A última função, está diretamente ligada com a ideia de que o sistema financeiro pode influenciar o desenvolvimento econômico. No que diz respeito a expansão dos sistemas financeiros, pode-se notar que a amplificação dos mesmos está atrelada ao crescimento das indústrias. De modo geral, os sistemas financeiros evoluíram e se desenvolveram de forma que passaram a manifestar um certo grau de complexidade em suas estruturas. Devido a esse desenvolvimento do sistema financeiro, surgem três principais áreas de pesquisa e debate: o desenho de instituições e sistemas financeiros; as razões pelas quais os sistemas financeiros diferem entre os países; e o quanto a existência de um desenho de sistema financeiro impacta no crescimento econômico de longo prazo de uma economia. (FOHLIN, 2019)

Fohlin (2019) identifica, no período de 1850 a 1870, aquele no qual diversos países experimentaram uma industrialização pesada, uma certa tendência a formalização, liberalização e padronização de sociedades anônimas de responsabilidade limitada que estavam sendo formadas. A autora considera os bancos como sendo um dos principais atores desse período, já que eles assumiram grande variedade de funções e serviam como uma das principais fontes de capital externo, tanto para crédito comercial de curto prazo quanto para investimentos de longo prazo. Porém, vale citar que, embora tenha-se notado o aumento da importância dos bancos de maneira geral, deve-se dizer que a estrutura do sistema financeiro difere entre os países e ao longo do tempo

Os elementos expostos acima e que caracterizam os sistemas financeiros podem ser verificados na realidade histórica de alguns países, até porque a ideia de criar e caracterizar os tipos de sistemas financeiro surge, principalmente, da observação de certos países em determinados períodos de tempo. Apesar disso, na maioria das vezes, os sistemas financeiros dos países não se enquadram em categorias claras e imutáveis. No entanto, algumas características dos sistemas financeiros permitem a realização de aproximações.

2.3 Os tipos de sistema financeiro

Pode-se dizer que os sistemas financeiros apresentam diferentes estruturas, sendo que cada uma delas apresenta especificidades que impactam diretamente na relação entre bancos, indústrias e as finanças. De acordo com Zysman (1983), existem três tipos diferentes de sistemas financeiros: (a) Um sistema baseado no mercado de capitais, onde os recursos estão alocados por preços que são estabelecidos em mercados competitivos; (b) Um sistema baseado em crédito com preços administrados pelo governo; (c) Um sistema baseado em crédito, em que os preços são estabelecidos por instituições financeiras.

Sabe-se que, segundo Zysman (1983), o governo tem a capacidade de influenciar as escolhas das empresas através das instituições financeiras. Estas podem exercer influência sobre as empresas através dos mecanismos de “saída” e de “voz”. O mecanismo de saída implica que, insatisfações com o preço ou serviços tomados podem ser resolvidos através da “saída” desse negócio e a procura de um novo, com um preço menor ou melhores serviços prestados. Por outro lado, no mecanismo de voz as insatisfações com o preço ou serviço prestado não geram uma saída. Nesse caso o indivíduo pode continuar sendo um cliente, porém, o mesmo pressionará a gerência para que ela faça mudanças pertinentes.

Em sistemas baseados no mercado de capitais, com mercados secundários elaborados, a saída e entrada de diferentes participações financeira são comuns. Já nos sistemas baseados em crédito, onde não existem tantas possibilidades para uma saída fácil, as instituições financeiras são obrigadas a permanecer leal a seus clientes. Nesse sistema as instituições financeiras têm uma certa influência nas empresas clientes, ou seja, as instituições estão em uma posição onde as suas vozes são ouvidas pelas empresas clientes. Em um sistema de crédito com preços administrados

pelo governo, a voz das instituições financeiras será ouvida juntamente com a voz do governo. Por fim, em um sistema de crédito dominado pelos bancos, as instituições financeiras, geralmente, falam por conta própria (ZYSMAN, 1983).

Outra diferença existente entre os três tipos de sistemas financeiros está diretamente ligada as diferenças estruturais dos mercados de capitais e de crédito e a importância de um cada deles. Os “bens” do mercado de capitais são ações corporativas, títulos, hipotecas e títulos do governo. Além disso, o mercado de capitais divide-se em mercado primário e mercado secundário. No mercado primário é onde são feitas a emissão de novos títulos e ações. Já o secundário é onde ocorre a maior parte da compra e venda dos títulos e ações, permitindo que os investidores realizem lucros ou até mesmo façam ajustes em seu portfólio. O mercado secundário tem um importante papel no desenvolvimento do mercado de capitais, já que um grande número de compradores e vendedores de ativos já existentes é pré-requisito para a existência de mercados primários ativos (ZYSMAN, 1983).

O mercado de crédito, por sua vez, pode ser entendido como uma espécie de alternativa ao mercado de capitais. Nesse mercado os empréstimos podem ser realizados por bancos ou por instituições de crédito especializado. Esses empréstimos podem ser de curto, médio ou longo prazo. Pode-se dizer que, de modo geral, em países onde o mercado de capitais é o responsável pelo financiamento do desenvolvimento da indústria, o empréstimo de curto prazo é predominante. Já em países onde o mercado de capitais não se constitui em uma confiável fonte de fundos, os bancos e instituições de créditos especializadas, realizam essa função através de empréstimos (ZYSMAN, 1983).

Já para Fohlin (2019), existem três dicotomias principais no desenho financeiro das instituições: banco universal ou banco especializado; bancos com um maior relacionamento com as firmas ou com um menor relacionamento; e sistemas financeiros baseados em bancos ou baseados no mercado. A primeira dicotomia tem relação com a gama de serviços que uma instituição pode fornecer. Se por um lado os bancos universais oferecem uma grande quantidade de serviços, por outro lado os bancos especializados oferecem uma quantidade de serviços mais restrita. Já a segunda diz respeito a “força” do relacionamento entre o banco e os clientes. Por fim, a terceira dicotomia está relacionada com as diferenças existentes entre sistemas

financeiros baseados em bancos e sistemas financeiros baseados no mercado. No primeiro sistema os bancos são os responsáveis por fornecerem a maior parte dos serviços financeiros. O segundo guarda relação com o mercado de capitais, onde as empresas utilizam-se dos serviços financeiros baseados no mercado, através da compra e venda de títulos e etc (FOHLIN, 2019).

Somado a isso, pode-se dizer que existem conexões entre as três dicotomias do sistema que foram expostas acima. Uma primeira conexão existente está ligada a associação que é feita entre sistemas financeiros baseados em bancos com os bancos universais; e sistemas financeiros baseados no mercado com os bancos especializados. Além disso, principalmente devido a influência de Gerschenkron (2015), é possível dizer que a literatura associa os bancos com um maior relacionamento com as firmas aos bancos universais.

Somando todas as conexões, chega-se a dois sistemas financeiros com três partes distintas: sistemas financeiros baseados em bancos ou sistemas financeiros baseados no mercado; bancos universais ou bancos especializados; e, bancos com um maior relacionamento com as firmas ou bancos com um menor relacionamento com as firmas. O primeiro deles associa o sistema financeiro baseado em bancos, os bancos com maior relacionamento com as firmas e os bancos universais. O segundo, associa o sistema financeiro baseado em mercados, os bancos que possuem um menor relacionamento com as firmas e os bancos especializados (FOHLIN, 2019).

No que diz respeito a forma em que as empresas captam os recursos necessários para a realização de investimentos, é válido dizer que ela é distinta em cada um dos mercados. Em mercados de capitais bem definidos esses recursos podem ser captados a partir da emissão de títulos de longo prazo, pela venda de ações, ou, em curto prazo, as empresas podem pedir emprestado ao banco. Já nos sistemas financeiros baseados em crédito, o governo administra os preços, o mercado de capitais é restrito e a “voz” do governo e das instituições financeiras exerce um importante papel na captação de recursos, sendo assim, pode-se dizer a influência do governo e das instituições financeiras nas empresas torna possível a captação de recursos através de diversas formas. Pode-se dizer então, que devido a essa influência do governo e das instituições financeiras na empresa existe um menor grau de “liberdade” na escolha da alocação de recursos (ZYSMAN, 1983). Zysman (1983)

ainda aponta que esses sistemas financeiros baseados em crédito e orientados pelo estado foram predominantes em países que tiveram um desenvolvimento rápido e tardio.

A forma como o preço é definido também é distinta nos dois tipos de mercados financeiros. Vale destacar que o “preço” nesse contexto é a taxa de juros. Os preços podem ser definidos de três maneiras distintas: através do livre mercado, levando em conta o equilíbrio entre risco e retorno; com a influência do poder de mercado das instituições financeiras; através do controle do estado. No segundo mecanismo de preços, o poder de mercado das instituições faz com que elas tenham poder para escolher a quem emprestar e com quais condições. Já no terceiro caso, vale destacar que quando os preços são definidos administrativamente, pode-se verificar um desequilíbrio de oferta e procura, já que os preços não são livres e não podem se mover em resposta a alterações de oferta e procura. Em suma, pode-se dizer que esses três mecanismos de preços criam três tipos distintos de vínculos entre as finanças e a indústria (ZYSMAN, 1983).

Variadas são as formas que um governo pode atuar para direcionar a atuação do sistema financeiro. Os governos podem gerenciar a criação de dinheiro, podem emprestar e pedir dinheiro, definir taxas de juros e facilitar empréstimos. Nos sistemas financeiros baseados em crédito com preços definidos pelo governo, os recursos são utilizados de forma a atender os interesses do estado e as prioridades da economia. Pode-se dizer que a discriminação de preços age a favor de alguns indivíduos e contra outros. Os governos, segundo Stiglitz (1989), desempenharam um papel central no processo de desenvolvimento econômico dos países pertencentes ao grupo dos mais desenvolvidos.

Os bancos e as instituições financeiras, portanto, podem ter um papel ativo no sistema econômico sendo que cada um dos setores do sistema financeiro pode agir de maneira distinta na economia. De modo geral, percebe-se que os bancos e o crédito são essenciais para o acontecimento do desenvolvimento. O conjunto de instituições que fazem parte do sistema financeiro tem diversas funções, mas convém destacar aqui, as funções relacionadas a mobilização e a transferência de recursos econômicos. Por fim, viu-se que existem basicamente três tipos de sistemas financeiros: O primeiro é baseado no mercado de capitais; o segundo é baseado no crédito com

preços administrado pelo governo; e o terceiro também é baseado no crédito, mas os preços são administrados pelas instituições financeiras.

3. METODOLOGIA

O presente estudo tem caráter aplicado e visa contribuir com a historiografia sobre a economia brasileira. O método utilizado na abordagem é o indutivo, já que o estudo parte de fenômenos particulares, mais especificamente da reforma bancária de 1964, para entender aspectos relevantes a respeito do padrão de financiamento do Brasil. Os objetivos específicos foram desenvolvidos através de diferentes procedimentos que atenderam as especificidades de cada um desses objetivos (MARCONI; LAKATOS, 2019).

Os objetivos específicos “a” e “b”, que consistem, respectivamente em “descrever teoricamente a relação entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico” e “apresentar a estrutura do Sistema Financeiro Nacional no período anterior e posterior a reforma bancária de 1964”; serão desenvolvidos através da pesquisa bibliográfica, a partir da adoção da técnica de revisão de literatura. Para atingir o objetivo “a”, foi feita uma leitura em trabalhos clássicos da literatura que tratam da relação entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico, como Levine (1997), Cameron (1972), Gerschenkron (2015), dentre outros. A leitura de tais trabalhos contribuiu para o entendimento das diferentes interpretações acerca da relação entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico, bem como a relação causal existente entre eles.

Para atender ao objetivo “b”, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em autores que analisaram a estrutura do sistema financeiro nacional antes e após a reforma de 1964, tais como: Bouzan (1972); Ribeiro e Guimarães (1967); Vieira (1981); Franco (2015); Calógeras (1960). Também foram utilizados dados obtidos em Redivo (2018), IPEADATA e IBGE, através dos anuários estatísticos do Brasil e das Estatísticas do Século XX.

Para atender ao objetivo c, que consiste em “verificar como a reforma bancária de 1964 afetou a estrutura do sistema financeiro nacional e o seu padrão de financiamento” foi desenvolvido uma análise a partir da utilização dos métodos de processo histórico e estatístico. O Método histórico se faz válido para o desenvolvimento desse objetivo, na medida em que existe, nesse objetivo, um processo do passado no qual sua influência na sociedade contemporânea é passível

de investigação. Já o uso do método estatístico justifica-se porque serão investigados fenômenos econômicos que estão “reduzidos” a termos quantitativos (MARCONI; LAKATOS, 2019).

No objetivo “c”, foi utilizado um conjunto de autores que apresentaram dados sobre a estrutura do sistema financeiro nacional e o padrão de financiamento da economia brasileira. Também foram consultadas bases de dados como o IPEADATA e IBGE, que permitiram o acesso a dados referentes aos empréstimos, depósitos à vista e a prazo ao setor privado. Sobre a estrutura do sistema financeiro nacional foram consultados autores como Baer (1979), Bouzan (1972), Fonseca (1974), Sochaczewski (1993), etc. Os dados sobre o padrão de financiamento foram obtidos de Redivo (2018), Barboza (2019) e Prochinik (1995). Ao final do trabalho foi elaborada um apêndice com os dados coletados. Na estrutura do trabalho optou-se por utilizar gráficos.

Os objetivos deste trabalho foram desenvolvidos através de capítulos. O objetivo “a” foi desenvolvido através do capítulo dois. Por sua vez, o objetivo “b” será respondido através dos dados e discussão presentes nos capítulos quatro e cinco a seguir. Por fim, o objetivo “c” teve parte desenvolvida no capítulo cinco, quando se tratou da estrutura do sistema financeiro nacional, e a outra parte no capítulo seis, onde se tratou do padrão de financiamento brasileiro com ênfase na CREA e no BNDE. Neste trabalho, optou-se por tratar o atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por BNDE, pois o “S” de Social, foi incluído no nome da instituição apenas em 1982.

4. BREVE HISTÓRIA DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO ATÉ 1930

Sabe-se que, de modo geral, cada país deve possuir um sistema financeiro com uma grandeza proporcional ao estágio de desenvolvimento em que se encontra e ao tamanho de sua força econômica. Entende-se que existe uma tendência de ampliação dos sistemas financeiros que se mostram insuficientes. Desse modo, os sistemas insuficientes passam a tornar-se mais sofisticados, até chegarem ao ponto em que os mesmos já são suficientes para atender as necessidades da Economia. No que diz respeito ao sistema financeiro do Brasil, nota-se que ele se expandiu consideravelmente desde a criação do primeiro Banco do Brasil (FONSECA, 1974).

Pode-se dizer que durante o período colonial não aconteceu, no Brasil, a instalação de atividades financeiras com alguma expressão. Isso se deve ao próprio tipo de organização econômica, pois durante o período colonial tanto a distribuição, quanto o financiamento da produção estavam ligados ao capital advindo de seus respectivos países de origem. Então, só seria possível o surgimento de atividades financeiras de alguma expressão através do rompimento do antigo sistema colonial. Esse rompimento acontece em 1808, com a vinda da família real para o Brasil. Verifica-se ainda, nesse mesmo ano, a criação do primeiro Banco do Brasil e a abertura externa do país (BOUZAN, 1972; RIBEIRO E GUIMARÃES, 1967).

A criação do primeiro Banco do Brasil ocorreu em 12 de outubro de 1808, através do Alvará Real. Vale ressaltar que, de acordo com Vieira (1981), só é possível falar de Sistema Monetário Brasileiro a partir da criação do primeiro Banco. A instituição nasce, segundo Ribeiro e Guimarães (1967, p.41) “sob o signo da emissão de papel moeda”. Além de surgir como um banco de emissão, o primeiro Banco do Brasil também surgiu como um banco de depósitos e descontos, configurando-se, portanto, como um banco misto. Dentre as principais finalidades do Banco do Brasil podem-se citar as seguintes: arrecadar fundos para a manutenção da monarquia, auxiliar o pagamento de juros, ordenados, pensões e afins e, por fim, promover as transações de mercado (BOUZAN, 1972; RIBEIRO E GUIMARÃES, 1967; VIEIRA, 1981).

No que concerne a abertura externa do país, que ocorreu após a chegada da família real ao Brasil em 1808, é seguro dizer que, embora esta tenha levado diversas

empresas a falência devido a exposição prematura à concorrência estrangeira, ela foi de grande importância no âmbito das atividades financeiras. Essa importância se deu pelo fato de que, com a abertura comercial, surgiram interesses comerciais relacionados as atividades de importação e exportação, que, por sua vez, tem o seu sucesso dependente amplamente da assistência prestada pelas instituições financeiras. Logo, a expansão dessas atividades de exportação e importação favoreceram o desempenho dos bancos (BOUZAN, 1972).

Com a expansão das atividades produtivas e comerciais, passa a surgir no Brasil uma série de novos bancos de depósitos e descontos nos principais centros econômicos do país, como por exemplo o Banco Comercial do Rio de Janeiro, fundado em 1842. A partir de 1855 têm-se início um surto bancário no país, principalmente em 1858, com a formação de 14 bancos comerciais. O surto só é corrigido em 22 de agosto 1860, com a lei da reorganização bancária. Mesmo com essa lei, novos bancos passam a surgir até 1885, com a criação do Banco de Crédito Real de Pernambuco, que finaliza o movimento de criação de bancos comerciais. Esse desenvolvimento bancário é, segundo Vieira (1981), em partes reflexo da criação dos bancos na Europa. Segundo o autor, esse argumento justifica-se ao se analisar a estrutura dos bancos nacionais que nada mais era do que uma cópia da forma de organização dos bancos europeus (FONSECA, 1974; VIEIRA, 1981).

Nota-se aqui que essa “cópia” da forma de organização vai em um sentido contrário ao que é exposto nos estudos de Cameron (1967) e Gerschenkron (2015). A contradição ocorre porque a simples cópia de uma estrutura já estabelecida em outros países, não leva em conta a ideia exposta por Cameron de que cada economia tem um critério de otimização diferente. Ou seja, para cada economia existe uma estrutura financeira ótima. Além disso, essa ação não leva em consideração o grau de atraso do Brasil em relação aos países da Europa.

A partir de 1865 o Brasil passa a lidar com diversos problemas que afetaram diretamente o Sistema Financeiro. O primeiro deles foi a Guerra do Paraguai, que ocorreu entre 1865 e 1870. O segundo problema foi a seca do Nordeste, que, em um ciclo de três anos, custou aproximadamente 8 milhões de libras ouro aos cofres públicos. Por fim, o "problema" mais significativo que a economia brasileira teve que lidar está relacionado a abolição da escravatura, que aconteceu em 1888. Apesar

desse ato ser dotado de grande significado humano, pode-se dizer que com essa abolição cerca de oitocentos mil escravos foram libertos, abandonando, assim, as suas fazendas. Essa situação provocou a perda de aproximadamente metade das safras do país. Tendo em vista essa situação, o Banco do Brasil resolve criar a sua Carteira de Crédito Agrícola. Os bancos, de maneira geral, passaram a usar e abusar de grandes créditos, que eram principalmente destinados a lavoura, devido ao enfraquecimento da economia. Vale destacar ainda que esses empréstimos realizados eram de valor maior do que o capital nominal desses bancos, sendo que isso acabava por comprometer a situação da maioria dos bancos no Brasil (BOUZAN, 1972; FONSECA 1974; VIEIRA, 1981).

A partir da Proclamação da República, em 1889, inicia-se, segundo Franco (2015), uma década de vários desafios para o Regime Republicano. A primeira década Republicana foi marcada pela inserção abrupta da mão de obra assalariada no mercado de trabalho e pela expansão das relações financeiras do país com o exterior. O autor ainda destaca que, ao decorrer dos anos 1890, nota-se uma maior relação do país com os sistemas financeiros internacionais, visto que são nesses primeiros anos da década republicana que são estabelecidas as bases para a abertura financeira do início do século XX.

No que tange o sistema bancário, verifica-se uma série de concessões, realizadas inicialmente pelo Primeiro-Ministro da Monarquia, Visconde de Ouro Preto. Essas concessões atribuíam aos bancos a faculdade de emissão. Inicialmente essa concessão foi dada a três bancos, porém, ao longo dos anos a república estendeu esse mecanismo a outros bancos. Vale ressaltar que os bancos podiam emitir sobre garantia representada por títulos da dívida pública ou sobre lastro ouro. As concessões tinham como um dos seus principais objetivos estabelecer um sistema bancário capaz de atender o aumento da demanda por moeda na economia, que havia majorado consideravelmente devido a exigência de um valor de capital de giro maior nas atividades agrícolas, em razão da súbita inserção da mão de obra assalariada. A preocupação com a inserção dessa mão de obra era tal que, o Ouro Preto criou os chamados auxílios às lavouras, que consistia basicamente em um programa de concessão de crédito que tinha como principal objetivo “compensar” os ex-proprietários de escravos (BOUZAN, 1972; FONSECA 1974; FRANCO, 2015; VIEIRA, 1981).

Nesse mesmo sentido, o decreto nº165, de 17 de janeiro de 1890, também chamado de “reforma Rui Barbosa”, foi responsável por criar diversos bancos que eram autorizados a emitir papel moeda. Além disso, o decreto dividia o país em três regiões com o objetivo de emissão: Região do Norte, Região do Centro e Região do Sul. Essas zonas, expandiram-se juntamente com os bancos emissores. De acordo com Bouzan (1972) essa expansão ocorreu de tal forma que não possibilitou uma “harmonização” do sistema financeiro. Nesse cenário, a liquidez expandia-se rapidamente, juntamente com a inflação, e a especulação na bolsa de valores. Dessa forma, entende-se que a reforma proporcionou uma expansão monetária acelerada e intensa. A emissão de papel-moeda no mês de setembro de 1890 havia aumentado em cerca de 40% se comparada ao estoque de moedas verificado em 17 de janeiro. A especulação geral que marcou o fim da monarquia e o início da república ficou conhecida como o “encilhamento”. Essa faculdade de emissão foi suspensa apenas em 1898, quando examinou-se o perigo inflacionário que isso representava (BOUZAN, 1972; FONSECA 1974; FRANCO, 2015; VIEIRA, 1981).

Fonseca (1974) identifica em sua análise uma tendência a concentração dos bancos no início da República. Essa tendência está ligada ao fato de que, no segundo semestre do ano de 1890 passa a surgir, segundo Franco (2015), a preocupação, por parte do governo, em relação a especulação bursátil. Desse modo, o governo, através de um decreto, eleva o número de depósitos mínimos necessários para a criação de novas sociedades. Contudo, combater essa especulação não era uma tarefa fácil, pois coexistiam no período diversos bancos comerciais orientados por boa técnica e que eram viáveis ao Sistema Financeiro, juntamente com diversas companhias de crédito mal geridas e improvisadas que eram criadas devido a facilidade para concessão de cartas patentes. Desse modo, “limpar” as carteiras dos bancos de emissão e manter presente no Sistema Financeiro as instituições viáveis para o seu funcionamento consistia-se em uma tarefa desafiadora (FONSECA, 1974; FRANCO, 2015).

Uma das formas que o governo encontrou para lidar com essa adversidade foi através do patrocínio da fusão dos dois grandes bancos emissores da época. Em 7 de dezembro de 1890 é feita a fusão dos seguintes bancos: Banco dos Estados Unidos do Brasil e Banco Nacional do Brasil. Essa nova instituição financeira passou a chamar-se: Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. É importante enfatizar que o Banco dos Estados Unidos do Brasil, um dos bancos envolvidos na

fusão, tinha sido autorizado de funcionar apenas em janeiro daquele mesmo ano (FONSECA, 1974).

Segundo Vieira (1981), o dia da fusão desses dois grandes bancos, marca o início do processo de tomada de posse dos direitos de emissão dos outros bancos. A tendência se confirma novamente em 1892, com a fusão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil com o Banco do Brasil. O novo banco denominou-se: Banco da República do Brasil. Após alguns meses, o decreto nº 1836, de 23 de setembro de 1893, limitou o capital do Banco e extinguiu o seu direito de emissão. Fonseca (1974) considera que esse foi o primeiro passo para a criação do decreto nº 2406 de 1896, que tornou as emissões bancárias uma responsabilidade do governo (FONSECA 1974; FRANCO, 2015; VIEIRA, 1981).

Os primeiros anos do século XX, assim como os anos iniciais de consolidação da república, foram conturbados. Segundo Bouzan (1972), o início do século XX é marcado por uma das crises bancárias mais graves que o Brasil já vivenciou. O Banco da República do Brasil, criado em 1892, permaneceu em situação crítica até o ano de 1900. De acordo com Calógeras (1960), o Banco da República do Brasil herdou dos dois bancos envolvidos em sua fusão “os germens de destruição criados pela gestão desastrosa, dilapidadora desses dois institutos” (CALÓGERAS, 1960, p. 340).

Devido ao esforço deflacionário e a não intervenção do governo, o Banco da República, juntamente com outros bancos, entrou em liquidação e suspendeu os seus pagamentos. Calógeras (1960), considera que a derrocada dos bancos em 1900 produziu resultados benéficos. De acordo com o autor, esse foi o preço para que se fosse possível verificar o saneamento Econômico e Financeiro da “praça” do Rio. O autor vai além ao dizer que, considerando-se as situações adversas e conturbadas pelas quais o Sistema Financeiro Nacional passou desde o início da República, podia-se perceber que: “a situação do Banco e a do mercado do Rio eram inteiramente artificiais, baseadas em cifras e previsões em discordância absoluta com a realidade das coisas, seu valor comercial e suas probabilidades de desenvolvimento!” (CALÓGERAS, 1960, p.345).

Após alguns anos, reconsiderando essa situação o governo realiza um depósito de um milhão de libras esterlinas no banco, com o objetivo de promover uma reorganização do mesmo. Nesse mesmo sentido é importante ressaltar que a partir

disso a responsabilidade de administração do banco passa a ser do governo (BOUZAN, 1972; CALÓGERAS, 1960; FONSECA, 1974).

Ainda que os primeiros anos do século XX tenham sido conturbados, após praticamente uma década de estagnação econômica, o produto interno apresentou crescimento entre 1900 e 1913, a uma taxa média superior a 4% ao ano. Fritsch (2015) atribui esse rápido crescimento a melhora significativa da posição externa do país. Contudo, a vigência de uma política monetária restritiva era considerada como sendo um entrave à recuperação do nível de atividade doméstica e tornava impossível a manutenção da taxa de juros aos níveis estabelecidos em 1902.

Em 1905, com o aumento considerável da receita líquida de divisas, que provocou uma vultosa apreciação cambial, o debate a respeito da reforma monetária entra em pauta novamente. A principal questão abordada, buscava a resposta de como seria e qual seria o mecanismo capaz de prover as quantidades necessárias de ativos domésticos para dissipar os efeitos dos progressivos aumentos da oferta de divisas, mantendo, então, a estabilidade da taxa de câmbio (FRITSCH, 2015).

Por conseguinte, em 29 de julho de 1905, Leonardo de Bulhões, que era o então ministro da fazenda, declara durante uma Assembleia-Geral Extraordinária, que tratava a respeito dos estatutos do Banco da República, que o Banco do Brasil poderá realizar algumas funções de banco central, dentre elas: adiantamento aos demais bancos, amparo nos momentos de crise e redesconto do papel de outras instituições financeiras. Essas funções seriam possíveis devido a disponibilidade abundante de capital para o banco. Em 23 de agosto do mesmo ano, ocorre uma nova Assembleia-geral, que recomenda a eliminação da palavra “República” do nome do banco. Assim sendo, o banco reassume a denominação de “Banco do Brasil”. Por fim, em 1906, procurando criar o mecanismo necessário para aliviar as pressões para apreciação das taxas de câmbio, foi criada a Caixa de Conversão. Essa caixa tinha, em suma, o direito de emitir notas conversíveis em ouro, e vice-versa, a uma taxa fixa de câmbio. A “criação” do 5º Banco do Brasil foi responsável por marcar o início de um desenvolvimento satisfatório e seguro dos bancos. Essa expansão bancária verificada no início do século XX, é provocada, principalmente, pela expansão da própria produção (BOUZAN, 1972; FONSECA, 1974; FRITSCH, 2015; VIEIRA, 1981).

O início da primeira grande guerra mundial, que ocorreu entre 1914-1918 provocou efeitos imediatos no que tange o comércio internacional. No Brasil, ela afetou o fluxo de pagamentos externos, a receita tributária e a indústria do café. Surge, segundo Fritsch (2015), durante o período da guerra, reclamações acerca da inelasticidade do sistema bancário. Essa inelasticidade, está relacionada a limitada capacidade de criação de crédito por parte do sistema. Sochaczewski (1993) destaca que o crédito, no período anterior a 1930, só era abundante em períodos de auges econômicos. O autor ainda destaca que, embora o país tivesse a sua economia baseada no setor rural, o crédito faltava ainda mais para esse setor se comparado ao setor urbano (FRITSCH, 2015; SOCHACZEWSKI, 1993).

É a partir de 1920 que se inicia um importante período para a vida bancária do país. Em 1920 é criada a Inspeção Geral dos Bancos, que tinha como principais objetivos a fiscalização dos bancos e casas bancárias e orientar a instalação e funcionamento do organismo de crédito. Um ano depois, é criada a Carteira de Redescontos no Banco do Brasil, que foi extinta apenas 2 anos depois, em 1923, mas restabelecida em 1931 através do “Projeto Niemeyer”. Somado a isso, é criado na mesma época a Câmara de Compensação e a Carteira de Crédito Agrícola. É importante enfatizar que no final da década, mais especificamente nos anos de 1928 e 1929, verifica-se o esforço do governo em tentar transformar o Banco do Brasil em Banco Central (BOUZAN, 1972; SOCHACZEWSKI, 1993; VIEIRA, 1981).

O sistema financeiro do Brasil no período anterior a 1930, portanto, desenvolveu-se de maneira conturbada, principalmente no início do período republicano, com o surgimento vultoso dos bancos de emissão, que foi responsável pelo aumento da especulação no sistema econômico. Quanto a criação de crédito, pode-se dizer que os mecanismos de criação eram limitados, escassos e insuficientes e o crédito, de maneira geral, não era abundante. Em suma, pode-se dizer que o sistema financeiro desenvolvido no período anterior a 1930 estava diretamente ligado aos centros financeiros mundiais, e era majoritariamente direcionado ao exterior (SOCHACZEWSKI, 1993).

5. A ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL ANTES E APÓS A REFORMA BANCÁRIA DE 1964

Como visto anteriormente, o crescimento do sistema financeiro nacional passa a gerar uma discussão sobre a sua estrutura. Essa discussão culmina com um conjunto de reformas, e dentre elas está a reforma bancária, através da Lei nº 4595. Este capítulo visa apresentar alguns elementos da estrutura do sistema financeiro nacional antes e após a reforma. Para isso, na seção 5.1 será apresentado a estrutura antes da reforma de 1964; e na seção 5.2 será apresentado as modificações introduzidas por ela.

5.1 O Sistema Financeiro Nacional antes da Reforma Bancária de 1964

De acordo com Fonseca (1974), a partir do ano de 1929, iniciam-se as tentativas de criação de um moderno Banco Central, mais especificamente nos anos de 1931, 1935, 1937 e 1939. Com a ascensão do processo de substituição de importações observada durante o Governo Vargas, verifica-se o estabelecimento de um sistema bancário “nacional”. Levando esse fato em consideração, pode-se dizer que no período entre 1930 e 1945 os bancos estrangeiros perderam a sua posição de predominância. De acordo com Sochaczewski (1993) isso se dá por dois motivos: gradual diminuição da importância do setor externo no país e devido a tendência nacionalista adotada durante o período de governo de Getúlio Vargas.

Embora tenha acontecido uma série de tentativas de criação desse Banco a partir de 1929, foi apenas no ano de 1945 que as medidas obtiveram um resultado de fato. Então, temendo o descontrole da inflação que ameaçava o país e buscando a criação de uma instituição capaz de elaborar políticas monetárias e creditícias anticíclicas é criada em 1945, através do Decreto-lei nº 7293, de 2 de fevereiro de 1945, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). A SUMOC nasce com o objetivo imediato de controlar o mercado monetário e preparar a organização de um Banco Central (SOCHACZWESKI, 1993).

De acordo com Vilella e Viana (2011), a partir de 1945, no período denominado “pós-guerra” as autoridades financeiras do sistema, foram afetadas pelo que os autores chamaram de “ilusão de divisas”. Isto é, acreditava-se que o país estava em uma situação controlada e confortável no que concerne as suas reservas

internacionais. Sendo assim, com a presença dessa “ilusão de divisas” o foco do Governo foi combater a inflação, que era vista como o principal problema. Entretanto, de acordo com Baer (1979), a meta de estabilização de preços era conflitante com outro dos principais objetivos no período pós-guerra, que era a expansão das indústrias substitutivas de importações (BAER, 1979; BOUZAN, 1972; FONSECA, 1974; SOCHACZEWSKI, 1993; VILELLA E VIANA, 2011).

O Banco do Brasil, em 1945, era considerado o líder dos bancos comerciais e já exercia algumas funções básicas de banco central. Possuía 3 atribuições principais, que, de acordo com Sochaczewski (1993) eram consideradas incompatíveis com a política monetária. Essas três atribuições eram: atuar como agente financeiro do Tesouro, legitimado a realizar operações de crédito; atuar como o depositário das reservas voluntárias dos bancos comerciais; e ser o maior banco comercial do país e o único banco rural. O autor prossegue dizendo que essa mistura de banco comercial e autoridade monetária não era, na prática, considerada como uma prática adequada. Tal combinação era inadequada pelo fato de que, nesse modelo, não existiam limites austeros à emissão de papel-moeda. Dito isso, deve-se enfatizar que, apesar de o Banco do Brasil ter passado a desempenhar algumas funções básicas de Banco Central ao longo do tempo, não existia, em suas ações, o espírito de comando e responsabilidade. Somado a isso, parte dessas funções executadas eram realizadas de maneira deficiente em razão da existência de uma legislação obsoleta em alguns aspectos (SOCHACZEWSKI, 1993).

A SUMOC, que havia nascido com o objetivo de ser apenas um embrião de Banco central, teve um período de vida consideravelmente grande (cerca de 20 anos) considerando-se que ela foi criada com o propósito de ser apenas um órgão transitório. A Superintendência era orientada por um conselho presidido pelo Ministro da Fazenda. Além do Ministro da Fazenda, o conselho da SUMOC era composto também pelo Presidente do Banco do Brasil, pelo Diretor-executivo da SUMOC, pelos Diretores das Carteira de Câmbio, de Comércio Exterior do Banco do Brasil e a de Redescontos do Banco do Brasil e pelo presidente do BNDE (FONSECA, 1974; SOCHACZEWSKI, 1993).

A Superintendência tinha diversas funções, dentre elas pode-se citar: estabelecimento de tetos e taxas de desconto, fiscalização dos bancos comerciais,

fixava o juro dos bancos comerciais, era responsável pela política cambial e etc (SOCHACZEWSKI, 1993). Filho (2005) destaca que a fiscalização e a supervisão do sistema financeiro foram as atribuições que mais se desenvolveram ao decorrer do tempo. Somado a isso, o autor destaca que, devido ao quadro de instabilidade latente verificado desde os primórdios da República, o Conselho buscou atuar visando orientar e disciplinar a atuação bancária. Por fim, quanto a política de gestão bancária assumida pelo conselho da SUMOC, pode-se dizer que ela buscou o aperfeiçoamento institucional do meio bancário, o amortecimento e a amenização dos efeitos da crise.

Levando em conta as informações citadas acima, é importante destacar que, de acordo com Sochaczewski (1993), existia uma divisão nítida de atribuições no Sistema Financeiro. O conselho da SUMOC era considerado como o órgão normativo, a própria SUMOC era o órgão de controle e fiscalização e o Banco do Brasil era o órgão executor. Já a emissão de papel moeda, era responsabilidade do Tesouro Nacional, o quarto, e último, órgão que compõem a estrutura das autoridades monetárias no período pré-reforma. Baer (1979), destaca que por existirem metas contraditórias na elaboração da política econômica, por vezes as metas das instituições financeiras contrariavam uma as outras. Uma das principais contradições reside no fato de que, os empréstimos feitos pelo Banco do Brasil, que visavam, no período pós-guerra, principalmente a expansão das indústrias substitutivas de importações, contrariava, por vezes, as metas das instituições responsáveis pela estabilização dos preços (BAER, 1979; SOCHACZEWSKI, 1993).

Merece destaque também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que embora não possa ser considerado como uma autoridade monetária, tinha grande relevância na estrutura do Sistema Financeiro como um todo. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi estabelecido em 1952, através da lei de nº 1628, de 20 de junho. Esse banco pode ser entendido como a principal instituição financeira destinada a fomentar o desenvolvimento financeiro e econômico do país. O mesmo nasce com o papel de realizar o financiamento da implantação e ampliar o nível de capital fixo nos principais setores da economia. O BNDE, além de realizar as operações tradicionais relacionadas a infraestrutura e aos setores principais da economia, realizava, a partir de fundos próprios, operações financeiras complementares. Dentre os principais fundos pode-se destacar o Fundo de Financiamento a Pequena e Média Empresas (FIPEME), o Fundo de

Desenvolvimento Técnico Científico (FUNTEC), a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), dentre outros. O papel do BNDE no Financiamento Brasileiro será melhor explorado no próximo capítulo (FONSECA, 1974; RIBEIRO E GUIMARÃES; 1967).

Entende-se, portanto, que no período que vai de 1930 a 1964 aconteceram importantes avanços no sentido de tornar o Sistema Financeiro brasileiro mais moderno e eficiente. Os principais avanços que se notaram, foram a criação da SUMOC e do conselho da SUMOC, em 1945, e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952. É válido ressaltar que é a partir desse período que fica mais nítida a divisão de responsabilidades de cada uma das autoridades monetárias. Além disso, pode-se entender a criação do BNDE como sendo um dos primeiros passos para tornar o crédito mais abundante na economia, amenizando, assim, as lacunas existentes no sistema creditício brasileiro.

5.2 O Sistema Financeiro Nacional após a Reforma Bancária de 1964

A partir de 1948 inicia-se a apresentação de uma série de projetos que tinha por objetivo promover uma reforma do sistema bancário. Esse primeiro projeto era, segundo Sochaczewski (1993), um projeto de reforma “drástico”, devido a isso ficou estagnado no Congresso por 14 anos, sendo que durante esse período foram apresentados diversos substitutivos. Contudo, esses substitutivos não foram suficientes para que o projeto fosse aprovado. É apenas em março de 1963 que o Governo apresenta outro projeto, dessa vez menos “drástico” e buscando conciliar posições. Após uma série de substitutivos e emendas, a denominada “lei da reforma bancária”, é sancionada em 31 de dezembro de 1964 sob o nº 4595 (SOCHACZEWSKI, 1993).

Embora o foco dessa seção seja a lei nº 4595, é importante dizer que essa não foi a única reforma do período. Além da lei da reforma bancária, deve-se destacar a importância da Lei da Reforma do Mercado de Capitais, a lei nº 4728 e a Lei do Sistema Financeiro de Habitação, Lei nº 4380. De maneira geral, a lei da reforma do Mercado de Capitais, tinha como principal objetivo realizar a regulamentação do mercado financeiro, de modo a promover as atividades produtivas, com a presença de fluxos financeiros constantes e mais estáveis, e taxas de juros adequadas e

compatíveis com o combate à inflação vigente. Já a Lei do Sistema Financeiro de Habitação, procurava o “aperfeiçoamento” do mercado de capitais privados, visando aumentar a taxa de formação de capital do país. Convém destacar que essa foi responsável por introduzir a correção monetária em contratos imobiliários, criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), criou a Sociedade de Crédito Imobiliário, introduziu as Letras Imobiliárias e dentre outras medidas (JUNIOR, 1982).

De acordo com Zini Junior (1982) duas principais preocupações motivaram a lei. Em primeiro lugar, conceder maior autonomia as autoridades monetárias com relação ao poder executivo. Em segundo lugar, o estabelecimento de um banco central com funções típicas de um Banco Central que estão relacionadas ao disciplinamento da evolução da situação financeira e afastado de atividades relacionadas a distribuição de recursos disponíveis (JUNIOR, 1982).

Através da análise dessa lei, pode-se avaliar o efeito que ela teve sobre a estrutura financeira e sobre o padrão de financiamento brasileiro. Logo no primeiro artigo da lei é descrito a nova configuração do sistema financeiro:

Art. 1º O sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:

- I - do Conselho Monetário Nacional;
- II - do Banco Central do Brasil
- III - do Banco do Brasil S. A.;
- IV - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
- V - das demais instituições financeiras públicas e privadas.

As principais mudanças dessa lei estão relacionadas a criação de um Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. Como foi visto anteriormente, desde a década de 1930 aconteceram diversas tentativas de criar-se um Banco Central. Porém, foi apenas após mais de 30 anos que esse banco foi criado de fato. O banco foi criado em substituição a Superintendência da Moeda e do Crédito, sendo que o mesmo possuía atribuições e prerrogativas semelhantes as da SUMOC. Apesar disso, a reforma promoveu diversas alterações significativas, pode-se citar as seguintes: o Banco Central era, agora, o total responsável pela emissão de papel-moeda; as operações de crédito que, outrora, o Tesouro realizava juntamente ao Banco do Brasil não eram mais permitidas, sendo que, essas operações não poderiam ser realizadas nem mesmo junto ao Banco Central; a Caixa de Mobilização Bancária e a Carteira de

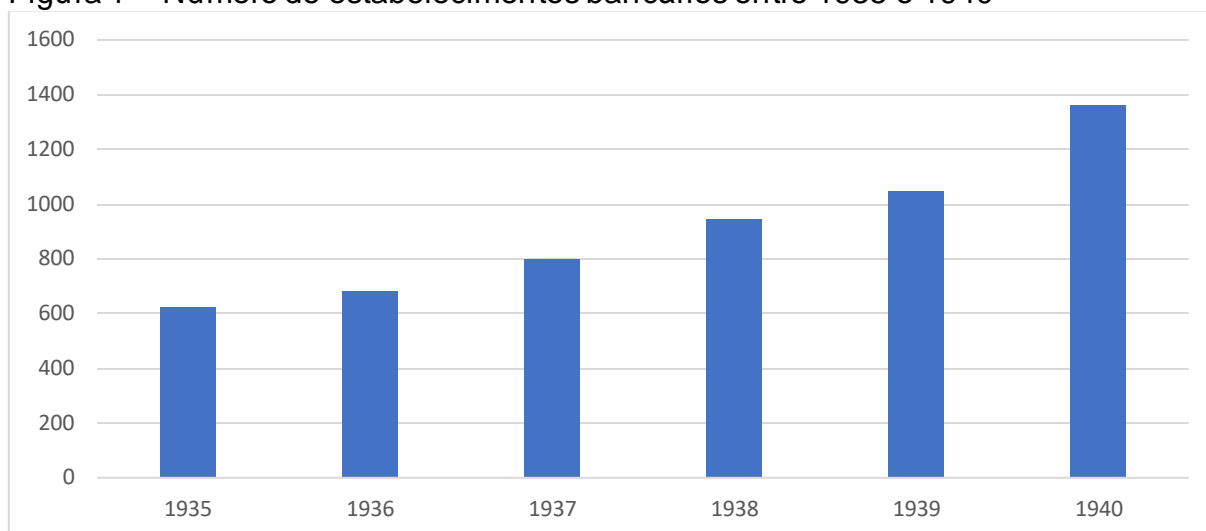
Redesconto, antes vinculadas ao Banco do Brasil, foram extinguidas; o controle e a execução das operações de câmbio, que antes eram responsabilidade do Banco do Brasil, passaram a ser do Banco Central; por fim, os Bancos comerciais deveriam depositar as suas reservas compulsórias e voluntárias no Banco Central (SOCHACZEWSKI, 1993).

O Conselho Monetário Nacional (CMN), foi criado para substituir o antigo Conselho da SUMOC, extinto com a reforma. A partir dessa substituição, as autoridades monetárias passaram a se orientar principalmente por dois objetivos básicos: promover diminuições no custo do crédito e proporcionar a economia do país níveis adequados de liquidez. Outra diferença reside na composição do conselho que foi alterada. Com a reforma, o Conselho Monetário Nacional passa a ser composto por nove membros: o Ministro da Fazenda, o Presidente do BNDE, os quatro Diretores do Banco Central, dois representantes do setor privado e o Presidente do Banco do Brasil (FONSECA, 1974).

Quanto a situação do Banco do Brasil, é válido destacar que, apesar da criação de um Banco Central, o Banco do Brasil continuou sendo um agente financeiro da união, porém, a extensão de crédito ao Tesouro não era mais uma prerrogativa. No que concerne a influência do Banco do Brasil no Conselho, pode-se dizer que ela caiu consideravelmente, pois o número de representantes do banco caiu para apenas um. O Tesouro também foi impactado pela lei, pois ela extinguiu a Caixa de Amortização, sendo que o Banco Central passou a assumir a responsabilidade pelo meio circulante.

Analisando o número dos estabelecimentos bancários, nota-se que, após a recuperação da crise de 29 do século XX, verifica-se uma tendência de vigorosos aumentos ao longo dos anos. Através da visualização da Figura 1, percebe-se o aumento significativo do número de estabelecimentos bancários no período entre 1935 e 1940. Em 1935 o número total de estabelecimentos era de 624, sendo que, em 1940, esse número alcançou a marca de 1360 estabelecimentos. Ou seja, em um período de 6 anos o número de estabelecimentos mais do que duplicou. De acordo com Bouzan (1972), em dezembro de 1971 o número de estabelecimentos já havia chegado em 8066. Comparando-se esse valor de 1971 (8066) ao valor de 1935 (624), conclui-se que, em 36 anos, o número de estabelecimentos teve um aumento de quase 1300%.

Figura 1 – Número de estabelecimentos bancários entre 1935 e 1940

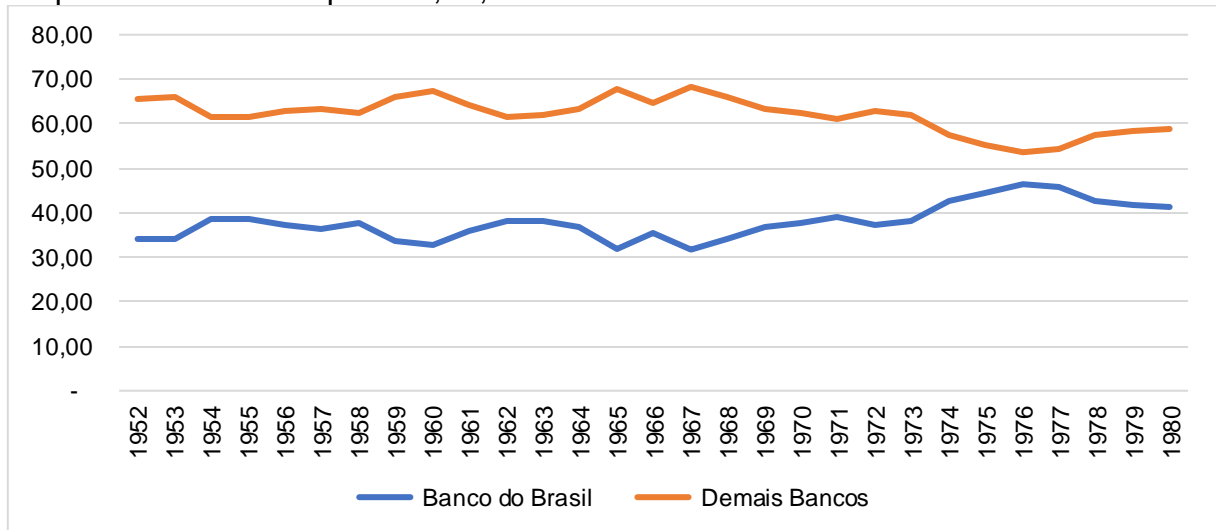


Fonte: Elaboração IBGE, Anuário Estatístico do Brasil (vários anos).

Apesar desse movimento de aumento acentuado no número de estabelecimentos, é possível dizer que a concentração bancária aumentou ao longo dos anos. Segundo Sochaczweski (1993), as autoridades monetárias, no período pós-guerra, preocupadas com o surgimento de bancos pouco estáveis, incentivaram as fusões, bem como a absorção das casas bancárias pelos bancos comerciais. Essa medida provocou, o desaparecimento e a fusão dos pequenos bancos e das casas bancárias. Embora ao longo dos anos o número total de estabelecimentos tenha aumentado consideravelmente, o que se notou foi que o número de matrizes bancárias se reduziu ao longo do tempo. No ano de 1945, o número de matrizes bancárias era de 509, sendo que em 1968 esse número caiu para 223. Verifica-se esse comportamento principalmente pelo incentivo as fusões, mas também ao fato de que, sobretudo no período pós-guerra, os principais bancos estenderam as suas operações por todo o país (SOCHACZWESKI, 1993).

Analisando a Figura 2, percebe-se que o Banco do Brasil foi, ao longo do tempo, responsável por quase metade dos empréstimos realizados no setor bancário. Mesmo que se tenha verificado algumas correções ao longo dos anos, pode-se dizer que, de maneira geral a participação do Banco do Brasil no percentual de empréstimos cresceu consideravelmente no período analisado. Em 1952 34,30% dos empréstimos totais ao setor privado eram realizados pelo Banco do Brasil. Já em 1976, no ponto máximo dessa série, a participação do Banco já era de 46,41%.

Figura 2 - Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual nos Empréstimos ao setor privado, %, entre 1952 e 1980

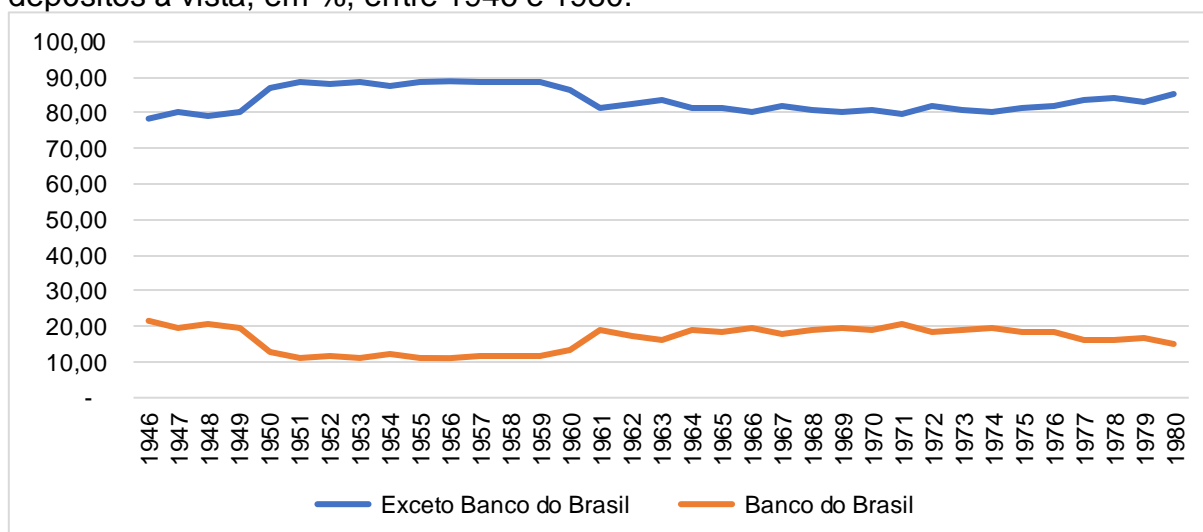


Fonte: Entre 1952 e 1967, dados de Redivo (2018); entre 1968 e 1980, lpeadata (2021).

Nota: Os dados de Redivo (2018) estavam em valores monetários de 1968 e os do lpeadata (2021) em valores monetários de 2021. Ambos foram transformados em participação percentual para permitir a comparação.

Por sua vez, a participação do Banco do Brasil no percentual de depósitos a vista, manteve-se, na maior parte do tempo, na casa dos 10% a 20%, como demonstra a Figura 3. Ao contrário do que se verificou nos empréstimos, a participação do banco preservou-se estável ao longo do período, excetuando-se a queda verificada entre 1949 e 1950 e o aumento verificado entre 1959 e 1961. Contudo, através de dados apresentados na tese de Sochaczweski (1993), verifica-se claramente o efeito das fusões no nível de concentração bancária no âmbito dos depósitos mantidos pelos bancos comerciais. Em 1950 a porcentagem de depósitos mantidos pelos 5 principais bancos comerciais (sem contar o Banco do Brasil) era de pouco mais de 20%. Já em 1960, com a acentuação dos movimentos de fusão, verifica-se o aumento dessa porcentagem para 25% (SOCHACZWESKI, 1993).

Figura 3- Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual dos depósitos à vista, em %, entre 1946 e 1980.



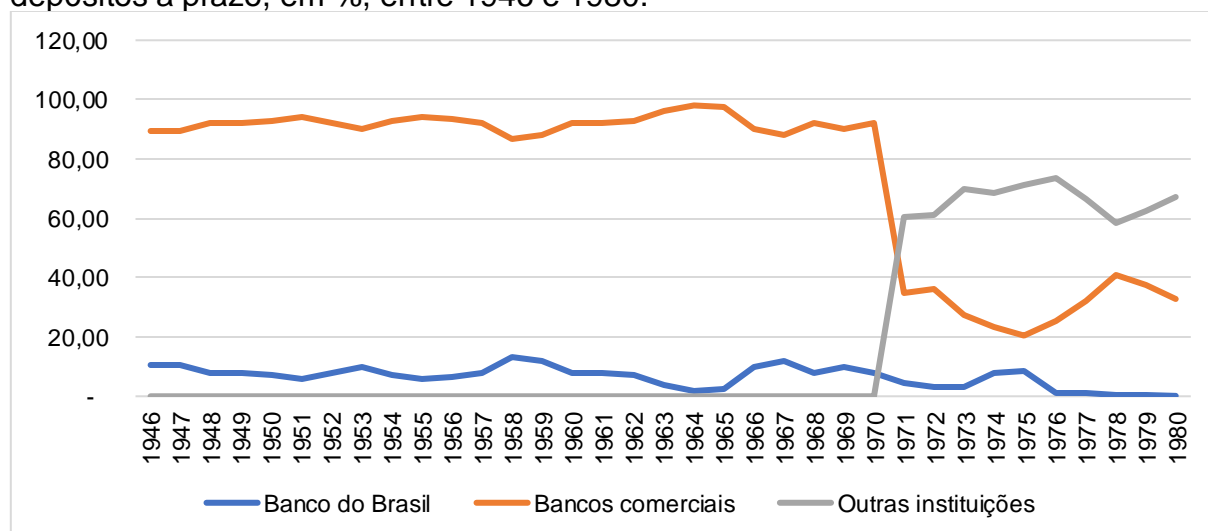
Fonte: IPEADATA (2021).

Por sua vez, a participação do Banco do Brasil no percentual de depósitos à vista, manteve-se, na maior parte do tempo, na casa dos 10% a 20%, como demonstra a Figura 3. Ao contrário do que se verificou nos empréstimos, a participação do banco preservou-se estável ao longo do período, excetuando-se a queda verificada entre 1949 e 1950 e o aumento verificado entre 1959 e 1961. Contudo, através de dados apresentados na tese de Sochaczweski (1993), verifica-se claramente o efeito das fusões no nível de concentração bancária no âmbito dos depósitos mantidos pelos bancos comerciais. Em 1950 a porcentagem de depósitos mantidos pelos 5 principais bancos comerciais (sem contar o Banco do Brasil) era de pouco mais de 20%. Já em 1960, com a acentuação dos movimentos de fusão, verifica-se o aumento dessa porcentagem para 25% (SOCHACZWESKI, 1993).

Cabe ainda analisar a participação do Banco no percentual dos depósitos a prazo. Quando o assunto é depósitos a prazo, cabe dizer que se observou no passivo dos bancos comerciais, no período anterior a reforma de 1964, a fuga dos depósitos a prazo. De acordo com Bouzan (1972) essa fuga acontece principalmente pela inflação e pelas barreiras impostas pelas autoridades monetárias no que tange o pagamento de juros sobre depósitos por parte dos bancos. Somado a isso, Sochaczewski (1993) enfatiza que essa queda na proporção dos depósitos a prazo em relação aos depósitos totais ocorre, pois, a taxa de juros, fixada pelas autoridades monetárias, sobre os depósitos a prazo era de 5%, sendo que esse valor estava abaixo do nível de inflação.

No período analisado, verifica-se, na Figura 4, que o Banco do Brasil não teve mais do que 15% de participação nos depósitos a prazo, sendo que em 1980, o último ano da série, a participação do banco era de apenas 0,14%. Deve-se destacar a elevada participação das “outras instituições” a partir dos anos 1970, que se manteve, até os anos 1980, em um patamar superior a 50% da participação. Não há na descrição metodológica da fonte quais seriam as instituições. Mas dado o volume, acredita-se que seja da Caixa Econômica Federal (BOUZAN, 1972; SOCHACZEWSKI, 1993).

Figura 4 - Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual dos depósitos a prazo, em %, entre 1946 e 1980.



Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX (2022).

No tocante ao mercado de capitais no Brasil, pode-se dizer que o desempenho do mesmo como fonte externa de financiamento industrial não era de grande importância. Devido ao discreto desenvolvimento das Bolsas de Valores, as transações do mercado secundário eram limitadas. A título de exemplo, é importante dizer que, no período 1961/1963, enquanto a formação bruta de capital fixo representava cerca de 17% do Produto Interno Bruto, o total de transações da bolsa de valores não representava nem 1,5% do PIB (SUZIGAN; PEREIRA; ALMEIDA, 1974).

Sabe-se que até a metade da década de 1960, o Brasil possuía um inadequado sistema financeiro que era um dos principais entraves ao acelerado crescimento industrial no Brasil. O sistema era composto, basicamente, por haveres monetários e débitos bancários e a expansão do crédito estava limitada a alternativas inflacionárias.

Vale citar que, em 1959, os haveres monetários representavam 93% dos ativos financeiros, ou seja, quase a totalidade. O crédito era limitado para financiar capital de giro a curto prazo, e a médio prazo. Devido a presença de níveis elevados de inflação, e da legislação obsoleta que determinava um teto legal a cobrança de juros, o crédito a longo prazo praticamente não existia. Como foi visto, essa combinação de elevados níveis de inflação com a determinação de um teto a cobrança de juros que não compensava o valor da inflação, verificou-se, por exemplo, ao decorrer do tempo, a acentuada fuga dos depósitos a prazo (SOCHACZWESKI, 1993; SUZIGAN et al., 1974).

Nessa mesma direção, Sochaczewski (1993) enfatiza que, no início da década de 1960, a principal questão já não era mais referente a expansão da capacidade produtiva, mas sim ao financiamento corrente da atividade, tendo em vista a limitação crescente do sistema bancário. O autor ainda destaca que até a realização das reformas no sistema bancário e de crédito realizadas em 1964 e 1965, a atividade econômica do Brasil passou por dificuldades para garantir um financiamento adequado, visto que o setor produtivo dependia cada vez mais de um sistema incapaz de prover adequadas soluções e respostas aos requisitos do setor real da economia, devido a sua obsolescência. Por outro lado, o aumento da demanda de capital de giro permitiu a disseminação de práticas de financiamento interfirmas e possibilitou a expansão do mercado extrabancário (SOCHACZEWSKI, 1993; SUZIGAN; PEREIRA; ALMEIDA, 1974).

Suzigan, Pereira e Almeida (1974) enfatizam que o processo de industrialização a partir do período pós-guerra, até o início da década de 60 era financiada basicamente através da expansão dos meios de pagamentos. Essa expansão dos meios de pagamentos era, em grande parte, refletida em emissões primárias destinadas para o pagamento do déficit de caixa do Tesouro Nacional. Além disso, como será visto adiante, uma das principais fontes de recursos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, do Banco do Brasil, era baseada em emissões monetárias. É importante enfatizar que a inflação gerada por esse processo, funcionava como um mecanismo de transferência de fundos para os setores que possuíam uma melhor condição na estrutura de preços relativos. Somado a isso, a inflação também impossibilitou o desenvolvimento de um mercado de títulos de médio e longo prazo. Segundo Suzigan, Pereira e Almeida (1974) ao decorrer do processo

de industrialização no país até o período de 1962-1967 marcado pela presença de crises recessivas “o complexo industrial-comercial valeu-se de diversas formas, bastante conhecidas de mobilização financeira que, em geral, resultaram no fortalecimento da capacidade de autofinanciamento das empresas (SUZIGAN, PEREIRA E ALMEIDA, 1974, p.43).

O sistema financeiro após a reforma financeira de 1964, portanto, sofreu profundas alterações. Dentre elas convém destacar a criação do Banco Central, que, como visto, era uma demanda que já existia a mais de 30 anos e a criação do Conselho Monetário Nacional, que, apesar de possuir atribuições semelhantes ao Conselho da SUMOC, tinha em suas atribuições toda a legislação vigente consolidada. A estrutura do sistema, sob a ótica do comando da política monetária, estava mais bem aparelhada após a reforma de 1964 (SOCHACZEWSKI, 1993).

Quanto ao financiamento do desenvolvimento industrial brasileiro, pode-se dizer que, a partir do período pós-guerra ele vinha sendo realizado por meio de processos de mobilização de poupança forçada, bem como através da inflação e sobrevalorização cambial, combinados com a entrada de recursos do exterior. Apesar de esses mecanismos serem considerados eficazes, eles provocam alguns inconvenientes, que, no Brasil, foram agravantes da crise. Esses inconvenientes são: desestímulo as exportações e a desorganização do sistema financeiro, devido a presença da inflação (SUZIGAN et.al, 1974).

6. AS ATUAÇÕES DA CREA E DO BNDES NO PADRÃO DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Como ficou demonstrado anteriormente, o sistema financeiro nacional passou por mudanças importantes na década de 1960, com vistas a propiciar, inclusive, a melhoria do crédito para as atividades produtivas em expansão. Viu-se, também, sobre a incapacidade de o sistema financeiro nacional atender as exigências de financiamento do processo de mudança estrutural na qual a economia brasileira passava. Tendo em vista os dados analisados acima, entende-se que, para uma melhor compreensão do assunto convém investigar mais a fundo o processo de financiamento da produção orientado pelo Estado, através da CREA e do BNDE. Assim, na seção 6.1 será explorada a atuação da CREA; e na seção 6.2 a do BNDE; enquanto na seção 6.3 se discutirá como a reforma de 1964 afetou o padrão de financiamento da economia brasileira.

6.1 A CREA e o financiamento entre 1937 e 1968

A partir de 1930, com o início do governo de Getúlio Vargas, o país passa por diversas transformações. O movimento conhecido como substituição de importações ganha força após a crise de 1929. Devido a isso, a estrutura econômica do país altera-se profundamente, principalmente devido ao deslocamento do eixo das atividades econômicas, que passa do setor exportador para o setor industrial. Com esse deslocamento do eixo para o setor industrial, o mercado interno ganha uma maior importância nas atividades econômicas, pois o mesmo passa a ser um dos principais indutores da produção industrial. Além disso, à medida que a industrialização acontecia, ocorria o processo migratório de indivíduos que abandonavam as áreas rurais, partindo, então, para as áreas urbanas (BOUZAN, 1972; FURTADO, 2005).

Aliado a isso, Fonseca (2003) destaca, no período de 1930, o surgimento de uma “Consciência Industrializante”. De acordo com o autor, a partir de 1930 pode-se notar diversos fatos e indícios que apontam para a ideia de que o processo de industrialização brasileiro estava sendo buscado de forma consciente pelo governo. Nesse mesmo sentido, Sochaczewski (1993) destaca que é somente após 1930 que o setor público toma para si a responsabilidade de financiar certos projetos, por meio do Banco do Brasil e demais instituições financeiras especializadas. Levando em conta a teoria de Gerschenkron (2015), entende-se que a partir de 1930 no Brasil

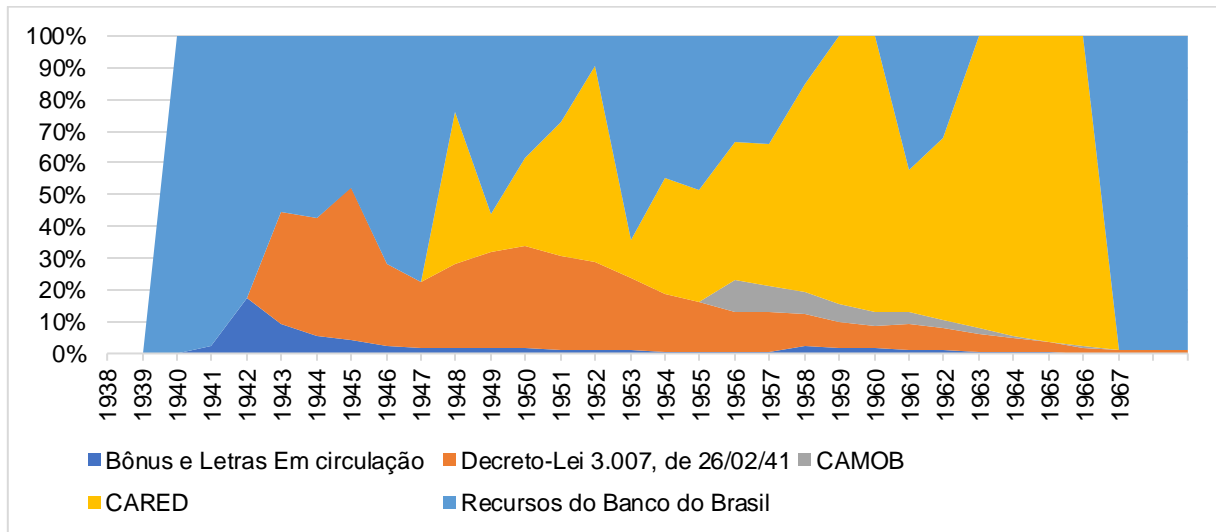
surge o que o autor chama de “clima ideológico” mais propício para a ocorrência da industrialização de um país atrasado. Dessa forma, o setor público passa a cumprir um importante papel na promoção da industrialização do país. Toda essa evolução do sistema econômico do país, juntamente com a formação de uma Consciência Industrializante, teve consequências visíveis na expansão do sistema bancário (FONSECA, 2003; GERSCHENKRON, 2015; SOCHACZEWSKI, 1993).

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil, foi criada em 1937 através da lei nº 454, de 9 de julho de 1937. Embora tenha sido criada em 1937, é apenas em 1938 que ela inicia as suas operações de crédito. Uma importante peculiaridade dessa Carteira, reside no fato de que a mesma atende duas áreas com características e necessidades diferentes: A agrícola e a industrial. Além disso, por estar atrelada ao Banco do Brasil, maior instituição financeira do país durante a sua época, existia uma maior facilidade nas operações de captação de recursos e de financiamento das atividades produtivas. A primeira verificação de atuação do estado através de uma instituição de crédito especializado, no Brasil, foi a CREAI (REDIVO, 2018).

No período inicial de atuação da Carteira, entre 1937 e 1950, os financiamentos foram, em maior volume, destinados as culturas destinadas à exportação. Durante a década de 1960, o financiamento das culturas internas ganha um importante espaço, pois foi responsável por auxiliar no impulsionamento das atividades relacionadas ao abastecimento do mercado interno.

Para entender os efeitos que a reforma financeira provocou na CREAI, é importante analisar as fontes de recursos da Carteira. De acordo com Redivo (2018), embora tenham sido realizadas iniciativas visando a instituição de fontes como a emissão de bônus ou o recebimento de depósitos compulsórios, o que se verificou, na realidade, foi que as emissões monetárias realizadas pela Carteira de Redesconto do Banco do Brasil (CARED) foram a fonte predominante de obtenção de recursos. Pode-se verificar isso mais claramente a partir da visualização da Figura 5.

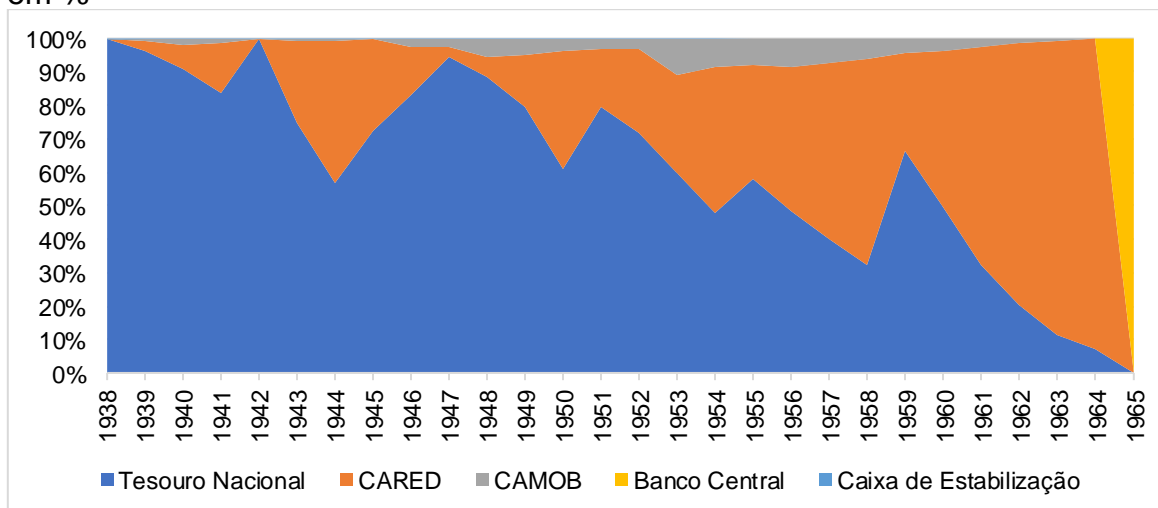
Figura 5 - CREAL – Fontes de Recursos, entre 1938 e 1967 em %



Fonte: Redivo (2018).

Tendo em vista essa predominância das emissões monetárias é importante analisar o quanto as emissões monetárias por via da CARED representam no total percentual das emissões do meio circulante. Analisando a Figura 6, é possível perceber que, nos primeiros anos da série o Tesouro Nacional tem a maior participação das emissões do meio circulante. A partir de 1946, a participação da CARED passa a aumentar progressivamente, sendo que em 1958 a participação já estava chegando a 50% do total. Após uma brusca perda de participação, a partir de 1959 a participação da CARED no percentual das emissões do meio circulante aumenta de forma brusca até a sua extinção em 1964. Em 1963, a participação da CARED já ultrapassava a casa dos 80%.

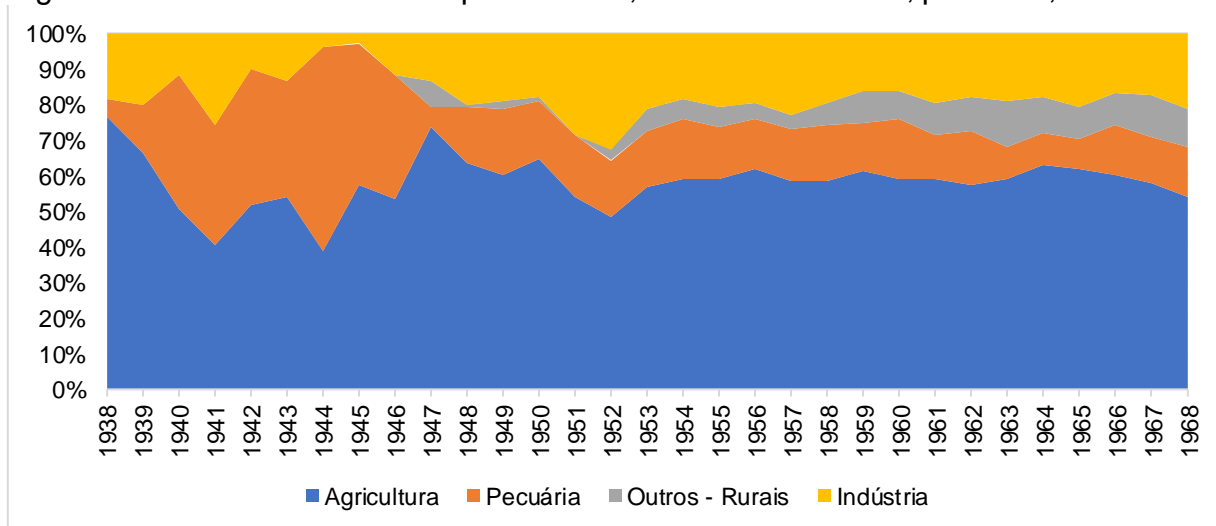
Figura 6 - Participação percentual das emissões do Meio Circulante, 1938 – 1965, em %



Fonte: Redivo (2018).

Por fim, cabe ainda nessa seção analisar o destino dos créditos concedidos pela CREAI no período entre 1938 e 1968. Nota-se que, no primeiro ano de funcionamento da carteira, quase 80% dos créditos concedidos foram destinados ao setor da agricultura. Essa alta porcentagem destinada a agricultura verifica-se também nos outros anos da série apresentada na Figura 7. É possível perceber, que na maioria dos anos mais de metade dos créditos concedidos pela CREAI são destinados a agricultura. Na sequência tem-se o setor da pecuária, que, em 1944, por exemplo, teve mais de 50% dos créditos destinados as suas operações. Por fim, em terceiro e quarto lugar estão a “indústria” e o “outros-rurais”.

Figura 7 - Créditos Concedidos pela CREAI, entre 1938 e 1968, por setor, em %.



Fonte: Redivo (2018).

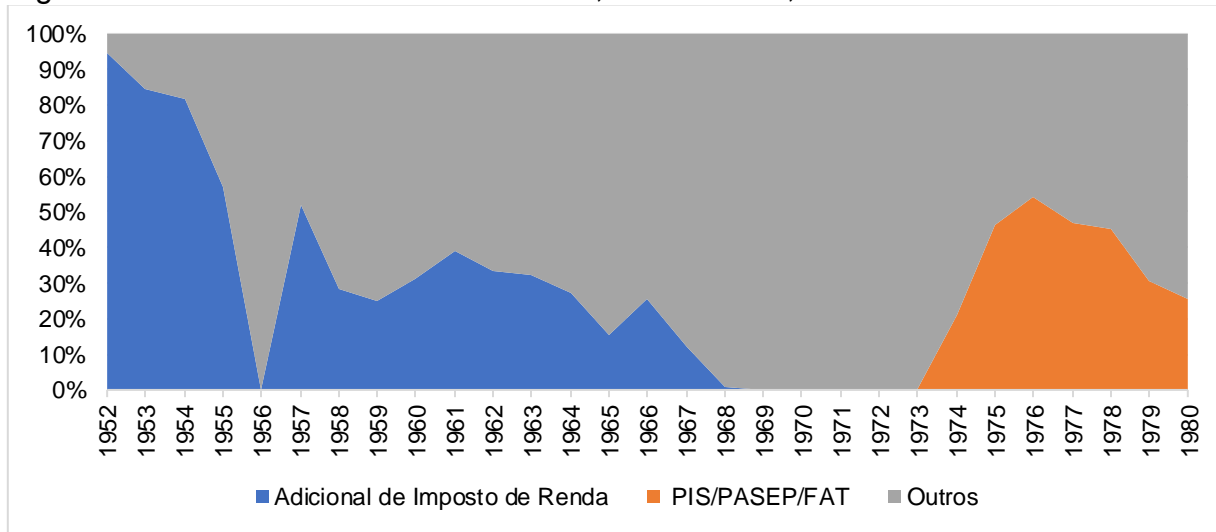
6.2 O BNDE Como Financiamento No Período De 1952 A 1980

Sabe-se que no início da década de 1950 o Brasil passava por um rápido processo de industrialização, e devido a isso precisava aumentar a acumulação de capital na área de infraestrutura. Após realizado o diagnóstico dessa deficiência, é elaborado o Programa de Reparcelamento Econômico, sendo que o Fundo de Reparcelamento Econômico seria o responsável pelo financiamento através do uso de poupanças internas. A receita desse fundo seria coletada, principalmente através de um adicional no imposto de renda, sob a forma de empréstimo compulsório. A complementação desse adicional no imposto de renda viria de entidades financeiras internacionais e estrangeiras, que seriam utilizadas nos gastos com importação. Dessa forma o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, foi criado em 1952 com a missão inicial de gerir esses fundos (SUZIGAN; PEREIRA; ALMEIDA, 1974).

No que concerne a captação de recursos do BNDES, Prochinik (1995) destaca que predomina, durante os anos de atuação do BNDES, recursos advindos de poupança fiscal de natureza compulsória. De acordo com a autora, existem quatro etapas distintas no período entre 1952 e 1993 que são identificadas a partir da verificação da fonte predominante de cada período. A primeira das etapas é caracterizada pela presença de recursos que são arrecadados através de adicionais no imposto de renda. Essa primeira etapa começa em 1952 e estende-se até 1966. A segunda inicia-se em 1967 e vai até 1973. Nessa etapa, as dotações orçamentárias e os recursos oriundos de poupança compulsória assumem um importante papel. A terceira etapa começa no ano de 1974 e 1988. Nessa etapa o Banco passa a integrar os orçamentos fiscal e monetário. Com isso, são destinados ao Banco recursos de contribuições sociais ao PIS e ao PASEP. Na quarta e última fase, que começa em 1988 a maioria dos recursos segue sendo, majoritariamente, dessas mesmas contribuições. Então, 1988 constitui-se como uma nova fase devido a ligação constitucional do BNDE, ao Programa do Seguro-Desemprego e ao Amparo ao Trabalhador (FAT). Nessa seção, focaremos nas três primeiras fases (PROCHINIK, 1995).

A primeira fase inicia-se com a criação do BNDE, em 1952. A principal fonte de recursos durante o período que compreende os anos de 1952 e 1966 foi o chamado “adicional restituível sobre o imposto de renda”. Esse adicional foi instituído em 1951, deveria constituir um fundo especial, criado e destinado para financiar o crescimento econômico, denominado de Fundo de Reaparelhamento Econômico. Com a visualização da Figura 8, percebe-se claramente o predomínio absoluto do Adicional de Imposto de Renda. Percebe-se que, nos primeiros anos de funcionamento do banco, o adicional de imposto de renda chegou a representar mais de 90% do total das Fontes de recursos do BNDE. A participação desse adicional nas fontes de recursos do banco, foi caindo de forma progressiva e até mesmo bastante acentuada em alguns anos. Embora o período da primeira fase se estenda do ano 1952 ao 1966, em 1967 ainda se notava a presença do adicional do imposto de renda nas Fontes de Recursos do BNDES. É apenas no ano de 1968 que esse adicional deixa de fazer parte das Fontes de Recursos do BNDE (PROCHINIK, 1995).

Figura 8 - Fontes de recursos do BNDES, 1952 e 1980, em %.



Fonte: Adaptado de Prochnick (1995).

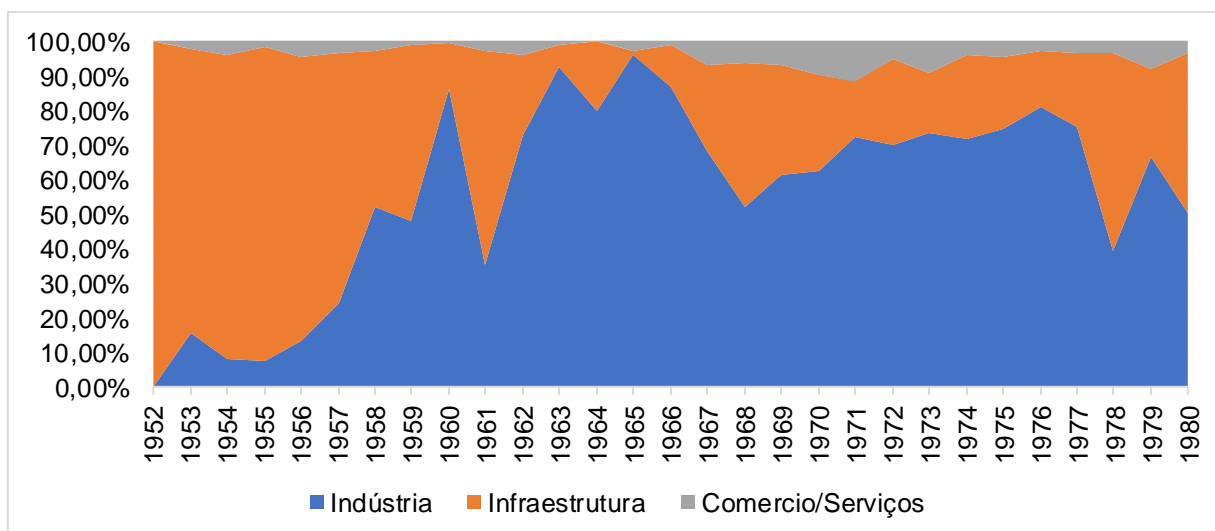
Em 1966, esse Adicional de Imposto de Renda é substituído por um mecanismo automático de crédito, de 20% da arrecadação efetiva do imposto de renda. Em 1967, tem início a segunda fase. Nessa fase, os recursos dos bancos passam a estar presentes no orçamento fiscal e monetário, contaria com parte da reserva monetária, gerada com o produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Verifica-se, na Figura 8, que, durante a segunda fase, que acontece entre os anos de 1967 e 1973, esse mecanismo foi a única fonte de recursos do BNDE (PROCHINIK, 1995).

Por fim, em 1974 inaugura-se a terceira fase. Segundo Prochnik (1995) durante essa fase a entrada de recursos no BNDE estabiliza-se e o Banco passa a apresentar uma condição propícia para atender as demandas de financiamento da década de 1970. O início da terceira fase é marcado a partir do momento em que o BNDE se torna o responsável pela administração dos recursos advindos da arrecadação das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Durante essa fase verifica-se a estabilização de entradas dos recursos do banco, em partes, devido ao termo “contribuições sociais”. Devido ao fato de que o PIS e o Pasep eram contribuições sociais, tinha-se uma maior garantia da entrada de recursos, pois isso desvinculava os recursos do BNDE das disputas pelos recursos advindos da arrecadação dos impostos federais (PROCHINIK, 1995).

Prochinik (1995) destaca ainda que a existência dessa garantia é crucial para a existência e manutenção do financiamento de longo prazo (que de acordo com Suzigan et.al (1974) era inexistente até a primeira metade dos anos 1960) devido ao fato de que, nesse tipo de financiamento existe o compromisso contratual de desembolsos futuros. Analisando a Figura 8, percebe-se que a participação do PIS/Pasep nas Fontes de recursos do BNDE aumenta de forma crescente e significativa nos primeiros anos da terceira fase, sendo que em 1976, essas contribuições sociais já representavam mais da metade das Fontes do BNDE (PROCHINIK, 1995; SUZIGAN et.al, 1974).

Quando o tema é desembolsos do BNDE, é importante ressaltar que, contrariando o comportamento habitual da época, que era a concessão de recursos a fundo perdido que eram destinados a obras que possuíam pequenas ou até mesmo nulas viabilidades econômicas, existia no BNDE uma maior preocupação com a modernização dos mecanismos de concessão de crédito público. Essa preocupação é verificada pois, objetivava-se que os tomadores recorressem a modernos métodos de análise para avaliar a viabilidade ou não de um projeto. No tocante aos setores de destinos desses desembolsos, é possível analisar na Figura 9 que nos anos iniciais de funcionamento do BNDE, o principal destino dos desembolsos era o setor de Infraestrutura. A partir de 1955, nota-se a ascensão da participação do setor industrial. Desde então, os desembolsos passam a se concentrar, cada vez mais, na área industrial, tanto que, no ano de 1965 aproximadamente 95% dos desembolsos eram destinados a indústria (PROCHNIK, 1995).

Figura 9 - Composição setorial dos desembolsos do BNDE, 1952 e 1980, em %.



Fonte: Barboza (2019).

6.3 Os efeitos da reforma de 1964 no padrão de financiamento da economia brasileira

No que concerne aos efeitos da reforma de 1964 no padrão de financiamento da economia brasileira, pode-se dizer que, de acordo com Costa e Deos (2002), um dos objetivos da reforma financeira de 1964 era o desenvolvimento de um mercado de financiamento de longo prazo, já que o crédito, como visto nos capítulos anteriores era escasso e o financiamento acontecia majoritariamente através da expansão dos meios de pagamento. De acordo com Sochaczewski (1993) através das reformas de 64/65 foram criados os bancos de investimento, sendo que foram depositados nos mesmos grandes esperanças de profundas alterações nos esquemas de financiamento do setor comercial-industrial privado. Vale destacar, que esses bancos, seriam os responsáveis por suprir o capital necessário de médio e longo prazo.

Além disso, esses bancos foram autorizados a receber depósitos a prazo, com correção monetária e prazo mínimo de um ano. Esses depósitos a prazo, seriam destinados para suprir as necessidades de capital de giro de médio e longo prazo. Cabe aqui destacar a importância depositada nesses depósitos a prazo e o papel que eles podem desempenhar no financiamento de longo prazo. Então, se levarmos em consideração o que foi visto no capítulo cinco, a respeito da fuga dos depósitos a prazo, percebe-se que, a legislação responsável por regular o sistema financeiro, que, como já dito, era obsoleta em diversos aspectos, foi uma das principais responsáveis pela falta de um maior desenvolvimento do mercado de crédito de longo prazo (SOCHACZEWSKI, 1993).

Costa e Deos (2002) enfatizam que, durante o período de 1960 a 1970, seguiram existindo lacunas do crédito doméstico de longo prazo. Pode-se dizer que essas lacunas seguem existindo durante esse período devido ao fato de que os bancos de investimento privado não foram capazes de desenvolver o mercado de crédito de longo prazo (COSTA E DEOS, 2002; SOCHACZEWSKI, 1993).

Além disso, deve destacar que as reformas de 64/65, introduziram o “sistema de correção monetária”. A ideia por trás desse sistema tem a ver com os efeitos perversos da inflação. Quanto a inflação sistemática, vale dizer que ela tem três consequências perversas:

em primeiro lugar distorce a eficiência dos preços como mecanismo de alocação de recursos, em segundo lugar corrói as rendas contratadas em valores fixos correntes e terceiro afasta do mercado financeiro um volume substancial de poupanças financeiras. (SOCHAECZEWSKI, 1993, pg.305)

Nessa seção, cabe destacar a relação da correção monetária com a taxa de juros. Antes da introdução dessa correção monetária, existia, no país impedimentos que limitavam a taxa de juros. O principal impedimento, estava ligado a Lei da Usura, que impedia taxas de juros a valores superior a 12% ao ano. A existência dessa lei, juntamente com a acentuada inflação durante o período, limitou, até a primeira metade da década de 1960 a expansão do crédito de longo prazo. Essa flexibilização da taxa de juros, também foi responsável por atrair e internalizar poupanças do circuito financeiro, pois possibilitava que “as instituições financeiras cobrassem nos contratos de financiamento e pagassem aos tomadores de seus passivos valores de correção monetária acima da taxa de juros negociada” (SOCHAECZEWSKI, 1993, pg.307).

Cabe ainda analisar os efeitos da reforma sobre a Carteira de Crédito Agrícola e o BNDE. Para entender o efeito da reforma na CREAL, é importante primeiro entender o efeito da reforma no Banco do Brasil. Em primeiro lugar, é importante enfatizar que, com a criação do Conselho Monetário Nacional em substituição ao Conselho da SUMOC, o Banco do Brasil acaba perdendo a sua grande influência no conselho, pois agora contava com apenas um representante. Além disso, com a reforma financeira o Tesouro foi afastado do circuito de criação primária da moeda. Isso afetou o Banco do Brasil, pois ele era o Agente Financeiro do Tesouro, legitimado a realizar operações de crédito. Somado a isso, a Carteira de Redescontos, que era pertencente ao Banco do Brasil, é movida para o Banco Central. É nesse fato que reside o principal efeito na CREAL. Como visto na seção 6.1, principalmente após o início dos anos 60, a CARED aumentou a sua participação nas Fontes de Recursos da CREAL, tornando-se a principal fonte. Dessa forma, com a incorporação da CARED ao Banco Central, o Banco do Brasil perde o seu suprimento ilimitado de papel-moeda, e a CREAL perde a sua principal fonte de recursos (SOCHAECZEWSKI, 1993).

Se por um lado a principal fonte de recursos da CREAL foi perdida, por outro lado, as fontes de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico não foram diretamente afetadas pela reforma. Como visto na seção 6.2 o BNDE apresentava fontes de financiamento que não tinham como base a emissão monetária

e devido a isso os efeitos da reforma não foram significativos em suas fontes. Além disso, conforme já foi citado a partir de 1974 o banco se torna o responsável pela administração dos recursos advindos da arrecadação das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), o BNDE passa a ter uma maior garantia da entrada de recursos, que eram essenciais para a manutenção dos Financiamentos de longo prazo. Conforme Costa e Deos (2002), mesmo que as reformas de 64/65 tenham procurado promover o desenvolvimento de mecanismo de crédito de longo prazo privado, as medidas realizadas não tiveram efeitos significativos nesses anos. Dessa forma, principalmente a partir dos anos 1970, o BNDE desempenhou um importante papel como agente de financiamento de longo prazo (COSTA E DEOS, 2002; PROCHNIK, 1995).

Resgatando o que foi visto em nossa relação de literatura pode-se entender melhor as alterações que a reforma bancária provocou. Cameron (1972) considera que a essência do desenvolvimento econômico está ligada as mudanças institucionais, ou seja, as instituições podem facilitar ou dificultar o processo de industrialização. O que se observou, ao longo do trabalho, foi que por muito tempo as instituições financeiras não foram capazes de prover níveis de créditos adequados para o fomento do desenvolvimento. Para autores como Gerschenkron (2015) o estado pode ter um importante papel na promoção do desenvolvimento. Verificou-se, de fato, que o governo, principalmente a partir de 1930, teve um importante papel no desenvolvimento do país. Porém, vale destacar, que por meio da elaboração de diversas leis e decretos o governo desenvolveu uma legislação que era obsoleta em vários aspectos, sendo que isso teve influência direta na capacidade de atuação das instituições bancárias e financeiras.

Como observado por Cameron (1967) o processo de desenvolvimento é acompanhado pelo aumento do número e variedade do número de instituições financeiras. De acordo com dados já apresentados no trabalho, constatou-se que de fato o número de instituições financeiras no país aumentou consideravelmente. Entretanto, em muitas ocasiões esses aumentos eram drásticos, de modo que não permitiam uma “harmonização” do Sistema Financeiro. Em parte, essa “harmonização” não acontecia pelo fato de que o Brasil, não possuía, até 1964, um Banco Central capaz de disciplinar o sistema financeiro. A partir da Reforma Bancária de 1964, o Brasil então passa a ter um Banco com essas funções.

Quanto as funções desempenhadas pelo sistema financeiro brasileiro, é possível dizer que as funções, ou em outras palavras, as atribuições de cada uma das autoridades monetárias só ficaram mais claras a partir de 1945 com a criação da SUMOC. De maneira geral, é possível dizer que o sistema financeiro do Brasil desempenhou grande parte das funções que foram descritas por Cameron (1967), Levine (1997) e Fohlin (2019), embora muitas vezes tenha as realizado de forma limitada. No que concerne a função b “aquisição de informações sobre investimentos e alocação de recursos” descrita por Levine (1997), percebe-se que no Brasil, os relatórios do Banco do Brasil, por exemplo, tiveram um importante papel nessa disponibilização de informações que são úteis para auxiliar os investimentos. Já no que diz respeito a função “redução do risco, através da criação da liquidez” é possível dizer que o cumprimento de tal função foi tratada diretamente na elaboração da Reforma Bancária de 1964.

Como foi visto, a criação do Conselho Monetário Nacional é, juntamente com a criação do Banco Central, considerada uma das alterações mais significativas na estrutura do sistema financeiro nacional. Sabe-se que desde a criação do Conselho Monetário Nacional além das autoridades monetárias serem orientadas pelo objetivo básico de promover diminuições do custo do crédito, elas também passaram a ter como objetivo básico proporcionar níveis adequados de liquidez a economia do país, sendo que a liquidez pode atuar como um importante mecanismo na diminuição do risco. Levando em consideração que Levine (1997) considera que essa função ampara, de certo modo, os investimentos de longo prazo, constata-se, portanto, a preocupação da reforma em desenvolver um ambiente mais propício para a realização desse tipo de investimento.

Embora na maioria das vezes os sistemas financeiros não se enquadrem em categorias claras, através das características do sistema financeiro brasileiro que foram apresentados até aqui, é possível realizar aproximações com os tipos de sistema financeiro que foram apresentadas na revisão de literatura. Dessa forma, o sistema do Brasil pode ser considerado um sistema baseado em crédito com preços administrados pelo governo. Além disso, quanto ao desenho financeiro das instituições, pode-se considerar o sistema do Brasil como sendo mais próximo ao primeiro sistema financeiro que foi apresentado que é baseado em bancos, com a presença de bancos universais, sendo que os bancos tem um maior relacionamento com as firmas.

Quanto a captação dos recursos por parte das empresas, verifica-se em sistemas financeiros como o do Brasil, onde o governo administra os preços, que a “voz” do governo e das instituições financeiras faz com que seja possível a captação de recursos através de diversas formas. No entanto, ao que tudo indica, no Brasil talvez essa possibilidade de captação de recursos através de diversas formas e a “voz” do governo e das instituições financeiras não tenha sido tão bem explorada já que os recursos utilizados para o financiamento do desenvolvimento industrial eram, até a primeira metade da década de 1960, providos basicamente pela expansão dos meios de pagamento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado nessa pesquisa, a reforma financeira de 1964, instituída pela lei nº 4595, foi responsável por promover mudanças e reorganizar o sistema financeiro como um todo. Através de diversas medidas, a reforma financeira provocou alterações de forma direta e indireta no padrão de financiamento da economia brasileira.

Através da Revisão de Literatura, apresentou-se ao leitor uma gama de trabalhos clássicos como os de Cameron et al. (1967), Cameron (1972), Schumpeter (1997) e Gerschenkron (2015), que demonstram o papel ativo dos bancos e sistemas financeiros no processo de desenvolvimento econômico. Do mesmo modo, constatou-se as funções que um sistema financeiro desempenha na economia e também os tipos dos sistemas financeiros.

No que diz respeito a história do sistema financeiro brasileiro até 1930, verificou-se que as primeiras instituições financeiras só passaram a surgir e se desenvolver no país após o fim do período colonial. Nota-se o surgimento de uma série de novos bancos de depósitos e descontos nos principais centros econômicos a medida em que as atividades produtivas passaram a se desenvolver no país. A primeira década do período republicano, foi marcada por vários desafios. O principal desses desafios, foi o combate a especulação geral no sistema, período esse que ficou conhecido como encilhamento. Ainda no período republicano, foi possível identificar o início de uma tendência a concentração dos bancos.

A partir do ano de 1929 iniciam-se as tentativas de criação de um moderno Banco Central. Com o início do governo de Getúlio Vargas, acontece o estabelecimento de um sistema financeiro "nacional". Os bancos estrangeiros perderam a sua posição de predominância devido a gradual diminuição da importância do setor externo e pela adoção de uma tendência nacionalista. As tentativas de criação de um moderno Banco Central, só tiveram resultado, de fato, no ano de 1945, com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

A SUMOC, durante o seu período de existência, teve diversas funções, mas as que mais se desenvolveram foram as de fiscalização e supervisão do sistema financeiro. A partir de 1945 as atribuições do Sistema Financeiro passam a ser

realizadas da seguinte maneira: O conselho da SUMOC era o órgão normativo, a própria SUMOC era o órgão de controle e Banco do Brasil era o órgão executor. Em 1952 é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que pode ser entendido como a principal instituição financeira destinada a fomentar o desenvolvimento na economia.

Em 1964 é aprovada a lei nº 4595, a lei da reforma financeira, motivada pelo desejo de maior autonomia as autoridades monetárias e estabelecimento de um Banco Central com funções típicas de um Banco Central, visando o disciplinamento do sistema financeiro. As principais mudanças provocadas por essas leis na estrutura do sistema, foram referentes a criação do Conselho Monetário Nacional, que substituiu o antigo Conselho da SUMOC e a criação do Banco Central em substituição a própria SUMOC.

Quanto a evolução do número de estabelecimentos bancários, notou-se o acentuado aumento dos mesmos. A partir da análise desse aumento, foi possível perceber que ao longo do tempo a concentração bancária no sistema estava aumentando, pois ao passo que os estabelecimentos bancários aumentavam, o número de matrizes bancárias caía.

No início dos anos 1960 a principal questão do Sistema Financeiro já não era mais referente a expansão da capacidade produtiva, mas sim ao financiamento corrente da atividade. No que tange o padrão de financiamento da produção, verifica-se que o processo de industrialização a partir de período pós-guerra até o início dos anos 60 era financiada basicamente através da expansão dos meios de pagamento.

Uma das primeiras instituições de crédito especializado que surge no Brasil é a Carteira de Crédito Agrícola e Rural. Ela é criada em 1937, em um período de surgimento de consciência industrializante, em que a industrialização brasileira estava sendo buscada de maneira consciente. A carteira atendeu, majoritariamente, duas áreas, a agrícola e a industrial. A principal fonte de recursos da CREAL durante o período foi a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil.

Além disso, analisou-se o papel do BNDE como financiador da industrialização brasileira. O BNDE atuou principalmente nos setores de infraestrutura e industrial. As suas principais fontes de recurso foram o "adicional do imposto de renda" e o

"PIS/PASEP". Através da fonte "PIS/PASEP" tinha-se uma maior garantia da entrada de recursos. Dessa forma, isso contribuiu para fomentar crédito de longo prazo.

A reforma teve efeitos distintos na CREA E no BNDE. Quando aos efeitos na CREA, o principal foi a extinção da sua principal fonte de recursos, o CARED. No BNDE a reforma não provocou alterações consideráveis na fonte de recursos do banco, mas deve-se enfatizar que no período dos anos 1970 o banco assumiu um importante papel na promoção de crédito de longo prazo.

Assim, este estudo contribuiu para analisar alguns efeitos da reforma bancária de 1964 sobre o sistema financeiro nacional, sobretudo na sua forma de financiar o investimento de longo prazo. A partir dele, novos estudos podem ser realizados, ampliando a análise para todo o conjunto de reformas realizadas sobre o sistema financeiro nacional, na década de 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **CRISE, CRESCIMENTO E MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA, 1930-1945**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 79-103.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1979.

BARBOZA, Ricardo de Menezes; FURTADO, Mauricio; GABRIELLI, Humberto. A atuação histórica do BNDES: o que os dados têm a nos dizer? **Revista de Economia Política**, s.l., v. 39, n. 3, p. 544-560, set. 2019.

BOUZAN, Ary. **Os Bancos Comerciais no Brasil**. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Bancos., 1972.

CALÓGERAS, J.P. **A política monetária do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CAMERON, Rondo (org). **Banking and Economic Development**. New York: Oxford University Press, 1972.

CAMERON, Rondo *et al.* **Banking in the Early Stages of Industrialization**. New York: Oxford University Press, 1967.

CANO, Wilson. Brasil - construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, vol. 26, no 2, p. 265–302, agosto de 2017.

Costa, F. N.; Does, S. Reflexões Sobre o Financiamento na Economia Brasileira. **Análise Econômica**, Vol. 20, n. 38, p. 24-44, setembro, 2002.

FILHO, João Sidney Figueiredo. **Política Monetária, Cambial e Bancária no Brasil sob a gestão do Conselho da SUMOC, de 1945 a 1955**. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Economia, UFF. Niterói: 2005.

FOHLIN, Caroline. Financial Systems. In: DIEBOLT, Claude; HAUPERT, Michael (org.). **Handbook of Cliometrics**. 2. ed. [Cham]: Springer Nature Switzerland AG, 2019. p. 945-982.

FONSECA, H. B - **As instituições financeiras do Brasil**. São Paulo: Editora Crown, 1974.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituições de importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Eds.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 23, n. 1 (89) jan/mar, p. 133– 148, 2003.

FRANCO, Gustavo. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 79-103.

FRITSH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República, 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 79-103.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GERSCHENKRON, Alexander. **O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

GOLDSMITH, Raymond W. **Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação**. São Paulo: Harper & Row do Brasil Ltda., 1986. Tradução de: Neide Y. Giselda Scavone.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico: (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio *et al* (org.). **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 49-72.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Vários anos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 20 jan. 2022.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. 2022. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

IPEA. **IPEADATA**. 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

KING, Robert G.; LEVINE, Ross. Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right. **The Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 108, n. 3, p. 717–737, 1993. Disponível em: <https://academic.oup.com/qje/article-abstract/108/3/717/1881857?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 4 set. 2021.

LEVINE, Ross. Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda. **Journal of Economic Literature**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 688–726, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2729790>. Acesso em: 4 set. 2021.

MARCONI, M; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MESQUITA, Mário M.C. Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 179-196.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. A contribuição do BNDES para a formação da estrutura setorial da indústria brasileira no período 1952/89. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 151-166, 1995.

PAIVA, Karine Cristina de Oliveira. **A relação entre o sistema financeiro e o crescimento econômico no contexto das inovações financeiras**. 2016. 81 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PROCHNIK, Marta. Fontes de Recursos do BNDES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.143-180, dez. 1995.

REDIVO, André da Silva. **A carteira de crédito agrícola e industrial (CREAI) e o modelo de financiamento do estado desenvolvimentista no Brasil entre 1937 e 1969**. 2018. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

RIBEIRO, Benedito; GUIMARÃES, Mário Mazzei. **História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Pro-Service, 1967. 439 p.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1997. Tradução de: Maria Sílvia Possas.

SILVA GALLO, Érika. Início do Regime Militar Brasileiro e a Reforma Bancária de 1964. **IV Congresso Latinoamericano de Historia Económica**. Bogotá. 23-25, Jul., 2014.

SOCHACZEWSKI, A. C. **Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil: 1952-1968**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1993.

STIGLITZ, Joseph E. Governo, mercado financeiro e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 269–296, 1990.

SUZIGAN, W.; PEREIRA, J.E.C; ALMEIDA, R.A.G. **Financiamento de Projetos Industriais no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1974.

SUZIGAN, W; et al. **Crescimento industrial no Brasil**: incentivos e desempenho recente. Rio de Janeiro: IPEA, 1974.

SYLLA, Richard. The Role of Banks. In: SYLLA, RICHARD; TONIOLO, GIANNI (Eds.). **Patterns of European Industrialization**. London: Routledge, 1991.

VIEIRA, Dorival Teixeira. **Evolução do sistema monetário brasileiro**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

VILELA, André; VIANA, Sérgio B. O pós-guerra: 1945-1955. In: GIAMBIAGI, Fabio et al (org.). **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 49-72.

ZINI JR., A. **Uma avaliação do setor financeiro no Brasil: da reforma de 1964/66**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.IFCH, 1982. 374p.

ZYSMAN, John. **Governments, Markets, and Growth**: Financial Systems and the politics of industrial Change. London: Cornell University Press, 1983.

APÊNDICES

Tabela 1 - Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual nos Empréstimos ao setor privado, %, entre 1952 e 1980.

Ano	Banco do Brasil	Demais Bancos	Total
1952	34,30	65,70	100,00
1953	34,08	65,92	100,00
1954	38,44	61,56	100,00
1955	38,66	61,34	100,00
1956	37,16	62,84	100,00
1957	36,52	63,48	100,00
1958	37,65	62,35	100,00
1959	33,79	66,21	100,00
1960	32,75	67,25	100,00
1961	35,99	64,01	100,00
1962	38,35	61,65	100,00
1963	38,06	61,94	100,00
1964	36,63	63,37	100,00
1965	31,98	68,02	100,00
1966	35,41	64,59	100,00
1967	31,71	68,29	100,00
1968	34,21	65,79	100,00
1969	36,71	63,29	100,00
1970	37,74	62,26	100,00
1971	39,01	60,99	100,00
1972	37,12	62,88	100,00
1973	38,07	61,93	100,00
1974	42,52	57,48	100,00
1975	44,65	55,35	100,00
1976	46,41	53,59	100,00
1977	45,81	54,19	100,00
1978	42,54	57,46	100,00
1979	41,65	58,35	100,00
1980	41,09	58,91	100,00

Fonte: Entre 1952 e 1967, dados de Redivo (2018); entre 1968 e 1980, Ipeadata (2021).

Nota: Os dados de Redivo (2018) estavam em valores monetários de 1968 e os do Ipeadata (2021) em valores monetários de 2021. Ambos foram transformados em participação percentual para permitir a comparação.

Tabela 2 - Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual dos depósitos à vista, em %, entre 1946 e 1980.

Data	Depósitos à vista - fora do Banco do Brasil (%)	Depósitos à vista - no Banco do Brasil (%)	Total
1946	78,39	21,61	100
1947	80,30	19,70	100
1948	79,24	20,76	100
1949	80,51	19,49	100
1950	87,18	12,82	100
1951	88,82	11,18	100
1952	88,18	11,82	100
1953	88,63	11,37	100
1954	87,46	12,54	100
1955	88,71	11,29	100
1956	88,89	11,11	100
1957	88,47	11,53	100
1958	88,48	11,52	100
1959	88,51	11,49	100
1960	86,38	13,62	100
1961	81,20	18,80	100
1962	82,49	17,51	100
1963	83,60	16,40	100
1964	81,12	18,88	100
1965	81,47	18,53	100
1966	80,50	19,50	100
1967	81,92	18,08	100
1968	81,00	19,00	100
1969	80,15	19,85	100
1970	81,03	18,97	100
1971	79,49	20,51	100
1972	81,69	18,31	100
1973	81,10	18,90	100
1974	80,19	19,81	100
1975	81,47	18,53	100
1976	81,76	18,24	100
1977	83,75	16,25	100
1978	84,06	15,94	100
1979	83,09	16,91	100
1980	85,14	14,86	100

Fonte: IPEADATA (2021).

Tabela 3 - Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos no percentual dos depósitos a prazo, em %, entre 1946 e 1980.

Data	Banco do Brasil	Bancos comerciais	Outras instituições	Total
1946	10,85	89,15	-	100,00
1947	10,83	89,17	-	100,00
1948	7,63	92,37	-	100,00
1949	8,05	91,95	-	100,00
1950	7,19	92,81	-	100,00
1951	6,11	93,89	-	100,00
1952	8,15	91,85	-	100,00
1953	9,69	90,31	-	100,00
1954	7,27	92,73	-	100,00
1955	5,71	94,29	-	100,00
1956	6,22	93,78	-	100,00
1957	7,60	92,40	-	100,00
1958	13,21	86,79	-	100,00
1959	12,00	88,00	-	100,00
1960	7,68	92,32	-	100,00
1961	7,97	92,03	-	100,00
1962	7,10	92,90	-	100,00
1963	3,55	96,45	-	100,00
1964	1,95	98,05	-	100,00
1965	2,58	97,42	-	100,00
1966	10,12	89,88	-	100,00
1967	12,21	87,79	-	100,00
1968	8,03	91,97	-	100,00
1969	9,62	90,38	-	100,00
1970	7,97	92,03	-	100,00
1971	4,32	34,91	60,77	100,00
1972	3,18	35,89	60,92	100,00
1973	3,30	27,12	69,58	100,00
1974	7,91	23,30	68,79	100,00
1975	8,64	20,47	70,90	100,00
1976	1,18	25,26	73,56	100,00
1977	1,01	32,18	66,81	100,00
1978	0,69	40,98	58,33	100,00
1979	0,33	37,41	62,26	100,00
1980	0,14	32,66	67,20	100,00

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

*Não há na descrição metodológica da fonte quais seriam as instituições. Mas dado o volume, acredita-se que seja da Caixa Econômica Federal.

Tabela 4 - CREAM – Fontes de Recursos, entre 1938 e 1967 em NCr\$ mil de 1968.

Ano	Bônus e Letras Em circulação	Decreto-Lei 3.007, de 26/02/41	Intermediados pelo Banco do Brasil			Total Geral
			CAMOB	CARED	Recursos do Banco do Brasil	
1938	-	-	-	-	21.572,00	21.572
1939	2.053,00	-	-	-	88.944,00	90.996
1940	32.683,00	-	-	-	154.680,00	187.363
1941	29.653,00	112.057,00	-	-	177.026,00	318.735
1942	25.505,00	163.156,00	-	-	256.496,00	445.157
1943	21.873,00	231.147,00	-	-	229.699,00	482.719
1944	18.130,00	219.080,00	-	-	596.727,00	833.939
1945	15.776,00	236.653,00	-	-	868.196,00	1.120.625
1946	13.770,00	243.416,00	-	434.200,00	218.881,00	910.268
1947	12.633,00	236.014,00	-	92.212,00	429.881,00	770.740
1948	11.940,00	238.525,00	-	205.768,00	281.599,00	737.831
1949	11.024,00	240.681,00	-	346.945,00	220.181,00	818.831
1950	10.307,00	244.779,00	-	541.581,00	84.622,00	881.288
1951	8.726,00	242.336,00	-	128.921,00	684.999,00	1.064.983
1952	7.962,00	246.286,00	-	496.339,00	611.723,00	1.362.311
1953	6.988,00	235.013,00	-	525.355,00	717.596,00	1.484.951
1954	5.492,00	191.781,00	142.014,00	649.762,00	492.461,00	1.481.511
1955	5.545,00	181.696,00	127.334,00	644.072,00	500.355,00	1.459.003
1956	35.331,00	137.597,00	103.739,00	929.604,00	213.797,00	1.420.069
1957	32.602,00	134.133,00	92.011,00	1.389.802,00	-	1.648.547
1958	28.938,00	149.722,00	81.919,00	1.779.242,00	-	2.039.820
1959	22.675,00	134.040,00	60.298,00	754.205,00	718.181,00	1.689.400
1960	18.067,00	132.620,00	48.085,00	1.074.327,00	596.930,00	1.870.029
1961	13.415,00	116.939,00	35.716,00	1.886.949,00	-	2.053.019
1962	8.923,00	114.011,00	23.770,00	2.470.043,00	-	2.616.748
1963	5.734,00	68.684,00	13.323,00	2.167.630,00	-	2.255.370
1964	3.025,00	36.380,00	7.026,00	2.113.334,00	-	2.159.763
1965	1.900,00	24.008,00	1.762,00	-	2.119.030,00	2.146.701
1966	1.378,00	20.528,00	1.278,00	-	2.184.894,00	2.208.077
1967	1.089,00	19.240,00	1.010,00	-	2.577.296,00	2.598.635

Fonte: Redivo (2018).

Tabela 5 - Meio Circulante, 1938-1965, em NCr\$ 1000 de 1968.

Ano	Responsabilidade de sobre Meio Circulante				Responsabilidade	
	Tesouro Nacional	CARED	CAMOB	Banco Central	Caixa de Estabilização	Total
1938	2.255.210	0	0	0	7.503	2.262.713
1939	2.194.480	78.128	5.515	0	6.434	2.284.557
1940	2.028.686	167.980	31.442	0	5.169	2.233.277
1941	2.178.301	390.797	24.620	0	3.908	2.597.626
1942	2.766.875	0	0	0	2.690	2.769.565
1943	2.368.523	778.455	17.299	0	1.730	3.166.007
1944	1.958.998	1.481.735	14.339	0	1.195	3.456.267
1945	2.628.739	1.004.207	12.477	0	1.040	3.646.463
1946	3.096.699	520.745	101.644	0	726	3.719.815
1947	3.199.861	103.076	93.252	0	666	3.396.854
1948	3.016.238	212.467	185.397	0	472	3.414.574
1949	2.777.584	544.938	171.183	0	436	3.494.140
1950	2.541.864	1.459.233	156.984	0	400	4.158.480
1951	3.175.888	675.841	132.912	0	338	3.984.979
1952	2.896.640	1.025.874	121.272	0	206	4.043.993
1953	2.539.555	1.239.105	467.815	0	181	4.246.656
1954	1.995.018	1.829.501	367.675	0	142	4.192.336
1955	2.480.533	1.483.507	329.668	0	0	4.293.708
1956	2.019.801	1.805.113	367.133	0	0	4.192.047
1957	1.789.421	2.327.912	325.625	0	0	4.442.958
1958	1.590.657	3.026.937	289.910	0	0	4.907.504
1959	3.082.493	1.365.779	213.395	0	0	4.661.667
1960	2.456.184	2.329.721	170.171	0	0	4.956.076
1961	1.822.906	3.655.509	126.398	0	0	5.604.813
1962	1.211.801	4.750.506	84.123	0	0	6.046.430
1963	679.414	5.193.928	47.150	0	0	5.920.492
1964	358.456	4.831.589	0	0	0	5.190.044
1965	0	0	0	4.809.312	0	4.809.312

Fonte: Redivo (2018).

Tabela 6 - Créditos Concedidos pela CREA, entre 1938 a 1968, em NCr\$ de 1968.

Anos	Agricultura	Pecuária	Outros - Rurais	Indústria	Total
1938	35.172	2.345	-	8.441	45.958
1939	90.077	18.383	-	27.115	135.575
1940	100.788	74.945	-	23.259	198.992
1941	144.204	119.975	-	92.228	356.407
1942	252.482	183.226	-	49.420	485.128
1943	272.171	163.476	-	68.043	503.689
1944	320.007	471.287	-	33.937	825.231
1945	624.068	435.662	-	32.649	1.092.379
1946	225.614	146.114	-	49.189	420.916
1947	184.505	14.654	16.985	34.137	250.281
1948	242.369	58.074	3.148	76.016	379.607
1949	336.553	103.320	13.224	105.645	558.743
1950	435.238	110.075	6.130	120.737	672.180
1951	495.541	160.216	3.159	261.310	920.227
1952	659.174	212.793	39.017	442.778	1.353.763
1953	633.059	176.989	69.025	236.076	1.115.149
1954	686.640	196.122	63.977	216.785	1.163.524
1955	634.060	155.602	56.536	222.071	1.068.270
1956	732.658	162.041	54.982	232.428	1.182.108
1957	829.935	200.629	54.332	327.189	1.412.085
1958	800.428	213.521	82.451	266.154	1.362.554
1959	861.206	194.491	126.415	226.268	1.408.380
1960	953.902	273.745	128.554	258.911	1.615.112
1961	1.012.841	209.668	155.309	337.334	1.715.152
1962	1.326.196	359.919	219.068	412.154	2.317.336
1963	1.119.869	172.725	244.155	361.470	1.898.219
1964	1.470.076	217.947	228.934	421.825	2.338.781
1965	1.050.833	143.056	151.074	352.270	1.697.232
1966	1.256.212	298.229	194.600	345.536	2.094.577
1967	1.399.371	309.841	291.685	411.048	2.411.945
1968	1.560.065	416.211	307.236	614.007	2.897.519

Fonte: Redivo (2018).

Tabela 7 - Fontes de Recursos do BNDES 52-94 - Em moeda corrente.

Ano	Geração Interna	Cias. de Seguro	Adicional de Imposto de Renda	PIS/PASEP/FAT	Vinculados	Recursos Externos	Outros	Total
1952	21,00	-	370,00	-	-	-	-	391,00
1953	13,00	177,00	1.028,00	-	-	-	-	1.218,00
1954	58,00	81,00	633,00	-	-	-	-	772,00
1955	244,00	227,00	1.189,00	-	421,00	-	-	2.081,00
1956	137,00	264,00	-	-	1.911,00	1.377,00	-	3.689,00
1957	879,00	295,00	3.197,00	-	-	1.758,00	-	6.129,00
1958	1.687,00	25,00	4.439,00	-	7.632,00	1.983,00	-	15.766,00
1959	2.732,00	436,00	6.518,00	-	13.717,00	2.965,00	-	26.368,00
1960	4.581,00	510,00	10.191,00	-	14.355,00	3.125,00	-	32.762,00
1961	8.867,00	559,00	19.695,00	-	17.643,00	3.611,00	-	50.375,00
1962	13.353,00	890,00	20.120,00	-	15.479,00	1.888,00	8.600,00	60.330,00
1963	18.886,00	1.046,00	29.715,00	-	24.094,00	10.799,00	7.500,00	92.040,00
1964	34.959,00	2.591,00	47.181,00	-	29.152,00	7.350,00	53.667,00	174.900,00
1965	152.523,00	3.889,00	94.249,00	-	260.800,00	36.595,00	66.323,00	614.379,00
1966	170.100,00	7.710,00	210.480,00	-	404.100,00	31.150,00	4.921,00	828.461,00
1967	251,00	-	142,00	-	549,00	2,00	260,00	1.204,00
1968	286,00	-	14,00	-	988,00	-	406,00	1.694,00
1969	561,00	-	-	-	1.109,00	-	576,00	2.246,00
1970	1.011,00	-	-	-	1.453,00	101,00	898,00	3.463,00
1971	1.445,00	-	-	-	738,00	89,00	1.138,00	3.410,00
1972	938,00	-	-	-	-	457,00	1.673,00	3.068,00
1973	1.795,00	-	-	-	-	694,00	2.128,00	4.617,00
1974	2.066,00	-	-	2.280,00	-	726,00	5.858,00	10.930,00
1975	4.236,00	-	-	10.872,00	-	2.193,00	6.283,00	23.584,00
1976	6.643,00	-	-	16.478,00	-	1.742,00	5.482,00	30.345,00
1977	11.036,00	-	-	23.830,00	-	5.701,00	10.080,00	50.647,00
1978	18.568,00	-	-	32.996,00	-	10.024,00	11.435,00	73.023,00
1979	60.900,00	-	-	40.900,00	2.400,00	20.700,00	9.800,00	134.700,00
1980	114.200,00	-	-	59.600,00	7.700,00	31.600,00	17.900,00	231.000,00

Fonte: Adaptado de Prochnik (1995).

Tabela 8- Composição setorial dos desembolsos do BNDE de 1952 a 1980, em %.

Ano	Indústria	Infraestrutura	Comercio/Serviços	Agropecuária
1952	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
1953	15,50%	82,40%	2,00%	0,00%
1954	8,10%	87,70%	4,30%	0,00%
1955	7,50%	90,80%	1,70%	0,00%
1956	13,30%	82,40%	4,30%	0,00%
1957	24,50%	72,20%	3,30%	0,00%
1958	52,20%	45,00%	2,80%	0,00%
1959	47,90%	50,90%	1,20%	0,00%
1960	86,40%	13,30%	0,30%	0,00%
1961	35,30%	61,90%	2,90%	0,00%
1962	72,90%	23,20%	3,90%	0,00%
1963	92,40%	6,50%	1,10%	0,00%
1964	79,70%	20,30%	0,00%	0,00%
1965	96,10%	1,20%	2,80%	0,00%
1966	86,60%	12,50%	0,90%	0,00%
1967	68,30%	25,10%	6,60%	0,00%
1968	51,80%	41,80%	6,30%	0,00%
1969	61,30%	31,70%	7,10%	0,00%
1970	62,20%	28,00%	9,80%	0,00%
1971	72,40%	15,90%	11,70%	0,00%
1972	70,00%	24,90%	5,10%	0,00%
1973	73,20%	17,80%	9,00%	0,00%
1974	71,70%	24,20%	4,10%	0,00%
1975	74,40%	21,00%	4,60%	0,00%
1976	81,00%	16,40%	2,60%	0,00%
1977	75,30%	21,30%	3,40%	0,00%
1978	39,20%	57,20%	3,70%	0,00%
1979	66,50%	25,30%	8,20%	0,00%
1980	50,20%	46,20%	3,70%	0,00%

Fonte: Barboza (2019).